

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Medicina

Programa de Pós-Graduação Promoção de Saúde e Prevenção da Violência

Maria das Dores Nunes Lopes e Sousa

**MEDO DA MULHER QUANTO AO ESTUPRO: oficinas interventivas em Promoção
de Saúde e Prevenção da Violência**

Belo Horizonte

2024

Maria das Dores Nunes Lopes e Sousa

**MEDO DA MULHER QUANTO AO ESTUPRO: oficinas interventivas em Promoção
de Saúde e Prevenção da Violência**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em promoção de Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Paulo Ribeiro

Coorientador: Prof. Dr. Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro

Belo Horizonte

2024

Sousa, Maria das Dores Nunes Lopes e.
S0725m Medo da Mulher quanto ao Estupro [recurso eletrônico]: oficinas
interventivas em promoção de saúde e prevenção da Violência. / Maria das
Dores Nunes Lopes e Sousa. -- Belo Horizonte: 2024.
75f.: il.
Formato: PDF.
Requisitos do Sistema: Adobe Digital Editions.

Orientador (a): Luiz Paulo Ribeiro.
Coorientador (a): Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro.
Área de concentração: Promoção de Saúde e Prevenção da Violência.
Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade
de Medicina.

1. Prevenção de Doenças. 2. Promoção da Saúde. 3. Renda. 4. Educação.
5. Dinâmica de Grupo. 6. Dissertação Acadêmica. I. Ribeiro, Luiz Paulo. II.
Pinheiro, Tarcísio Márcio Magalhães. III. Universidade Federal de Minas Gerais,
Faculdade de Medicina. IV. Título.

NLM: WA 108



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE MEDICINA - CENTRO DE PÓS GRADUAÇÃO
 PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA/MP
ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Às **quatorze** horas do dia trinta e um de julho de dois mil e vinte quatro, modo presencial, sala D29- da Faculdade de Medicina UFMG, realizou-se a sessão pública para a defesa de dissertação de **MARIA DAS DORES NUNES LOPES E SOUSA**, número de registro **2021724942**, graduada no curso de **SERVIÇO SOCIAL**, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em **PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**. A Presidência da sessão coube ao Prof. Luiz Paulo Ribeiro - Orientador (UFMG). Inicialmente o Presidente após dar conhecimento aos presentes sobre o teor das Normas Regulamentares do trabalho final de Pós-Graduação, fez a apresentação da Comissão Examinadora, assim, constituída pelos Professores: Prof. Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro (UFMG), Prof.ª Adriana de Souza Medeiros Batista (UFMG) e Prof. Bruno Gonçalves da Silva (CMMG). Em seguida o Presidente autorizou a aluna a iniciar a apresentação de seu trabalho final intitulado: "**MEDO DA MULHER QUANTO AO ESTUPRO: oficinas interventivas em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência**". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença da candidata e do público e decidiu considerar a defesa de dissertação **APROVADA**. O resultado final foi comunicado publicamente a aluna pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, após lida, será assinada eletronicamente por todos os membros da Comissão Examinadora presente através do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) do Governo Federal.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Paulo Ribeiro, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 01/08/2024, às 17:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tarcísio Marcio Magalhaes Pinheiro, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 01/08/2024, às 22:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Gonçalves da Silva, Usuário Externo**, em 07/08/2024, às 12:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Adriana de Souza Medeiros Batista, Professora do Magistério Superior**, em 08/08/2024, às 15:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3420503** e o código CRC **4FDDF149**.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação representa não apenas o fim de uma jornada acadêmica, mas também a realização de um compromisso pessoal com temas de extrema relevância social: a violência contra a mulher e o medo do estupro. Este trabalho só foi possível graças ao apoio e incentivo de inúmeras pessoas merecem meu mais profundo agradecimento.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus orientadores, Prof. Dr. Luiz Paulo Ribeiro e Prof. Dr. Tarcísio Márcio Magalhães Pinheiro, por suas orientações, paciência e sabedoria ao longo deste processo. Seus constantes incentivos foram fundamentais para que eu pudesse aprofundar meus conhecimentos e desenvolver uma análise crítica sobre a violência contra a mulher.

Agradeço ao meu filho, Mark Gladston /VERONO, (in memoriam) que sempre acreditou e me incentivou incansavelmente.

Agradeço também ao Programa de Pós-Graduação Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da UFMG por proporcionar um ambiente acadêmico estimulante e por oferecer os recursos necessários para a realização desta pesquisa.

Não poderia deixar de agradecer às mulheres que participaram da minha jornada, especialmente as que compartilharam suas experiências e dores. Suas histórias são a essência deste trabalho e sua coragem é uma inspiração contínua.

Aos meus colegas de curso, pela troca de ideias, apoio mútuo e pelas discussões enriquecedoras que contribuíram para o amadurecimento deste estudo. A amizade e a colaboração de cada um de vocês foram essenciais durante esta trajetória.

Aos meus familiares e amigos, por seu amor incondicional e apoio constante. Vocês foram meu alicerce em momentos de dúvida e cansaço, e sua confiança em mim foi um estímulo para persistir.

Finalmente, agradeço a todas as mulheres que, direta ou indiretamente, inspiraram este estudo. Espero que este trabalho contribua para a conscientização e combate à violência sexual, promovendo um futuro em que nenhuma mulher precise viver com medo.

Este trabalho é dedicado a todas vocês.

Da paixão ao Caixão!

Prof^a. Das Dores

Em meio a uma multidão
Saída velhos amigos,
Prepara uma canção,
Segredo, flertes
Beijos contidos.

És de tantos caminhos,
És a vazia paixão
Sonha a liberdade das alturas
A certeza é hoje o caixão.

MEDO, muito medo,
Feminicídio, a imprensa partilha,
Medo, vigília indivisos,
Medo, monstro que ali dedilha.

A máscara, o próprio enigma, se vão!
Mistério, mistério, estas naquela canção.
Entre beijos e carícias,
Foi um olhar torto,
Puxou o cabelo e deu um empurrão!

Foi só desflorar, a explorada doçura,
Naquela noite fria, caía a candura.
Foi desejo, foi paixão,
Pobre agressor, naquele ABUSO SEXUAL,
Princípio do paraíso, chora no caixão.

Como as flores límpidas e puras,
Seria um tratamento revestindo, a imagem leve e pura.
A incerteza do talvez, sociedade da ternura.
Paixão serás árvore,
Agressor de ti não é sorte,
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA,
És vida, água e correnteza, és luto, és morte!

Dá-me tua mão!
O coletivo, oficinas, pode salvar!
Como luz do sol, Prof. Luiz Paulo;
Como uma janela aberta,
Prof. Tarcísio traz um verde em teu olhar!

Naquela manhã, cai fruto maduro,
Preciso agradecer as flores,
O despetalar de cada rosa,
Era prevenção ao ESTUPRO,
Promessa antiga de amores!

Energia celestial, Elza Melo,
Saudosa professora, a tantos mestres embalarem,
Em mim, adormecida, põe a esperar.

Tantas descobertas,
Como grão de rocha, no ASSÉDIO, começa a pensar,
No MEDO QUE A MULHER TEM DO ESTUPRO,
Bem-aventurado Medo, na música começa a louvar.

Arde, melodia a espalhar,
Voa coração, do medo cura,
Deixa a roda girar,
Como oficina dinâmica em grupo,
Na poesia, juntem-se
Todas, para a voz elevar.

Coletivo a denunciar,
Vítima, saia deste lugar,
Livros, não armas, nas asas da borboleta, falo e insisto,
Foucault, em história da loucura, suas distâncias a tomar.
Ao poder e controle, sua ligação a destacar.

Assim, Aristóteles via a violência,
Como conflitos em busca da felicidade,
Rousseau a associava, ainda presente, social desigualdade.

Hannah Arendt a via como denominação política,
Fico aqui a matutar,
O termo cultura do estupro,
Lá na década de 70
Nos EUA, as feministas, broto para a campanha iniciar.

Para combate deste crime,
Em todo o mundo de um jeito gigante,
E ainda tantas ocorrências,
Um mundo melhor, e hoje nossa providência.

O estupro é proveniente de uma educação patriarcal,
Da objetivação da mulher,
Naturalizado socialmente, nossos corpos não mais,
Crime de dor descomunal!

Na caminhada da razão,
Numa escuta valente ao coração,
De mãos dadas, cavando a libertação.

E Marx, aqui puxa atenção,
Onde, a violência e a parteira,
De toda velha sociedade,
Hoje prenhe de uma nova,
Apesar da noite escura em congresso,
Mulheres travam unidade, és a luz do universo.

RESUMO

O tema abordado nesta dissertação refere-se ao medo das mulheres em relação ao estupro. Esta questão é um grave problema de saúde pública no Brasil e no mundo. O objetivo do estudo foi sintetizar, de forma abrangente e ordenada, os resultados de pesquisas que tratam da temática do medo, da violência e da mulher frente ao estupro. Para completar este estudo, os seguintes passos foram estabelecidos: (1) compreender e refletir sobre o medo do estupro vivenciado pelas mulheres, (2) apresentar estratégias de enfrentamento do medo para fortalecer a resiliência das mulheres diante da violência, (3) propor oficinas reflexivas sobre violência doméstica, violência contra a mulher e medo do estupro para promover a conscientização e a identificação de situações de risco. A metodologia utilizada envolveu uma revisão da literatura, utilizando descritores como “medo”, “abuso sexual”, “estupro” e “mulher”. A metodologia foi enriquecida com o aprendizado do conteúdo da autora Elza Machado de Melo e as relações interpessoais com as mulheres do projeto Para Elas, culminando com a elaboração de oficinas, as quais foram planejadas com base nas análises de Maria Lúcia M. Afonso sobre dinâmicas de grupo e focaram em temas como estupro, assédio sexual, abuso sexual infantil, enfrentamento do medo e violência doméstica. Os resultados indicaram que as oficinas para grupos de mulheres que sofreram violência doméstica e/ou sexual podem ser consideradas uma forma de política pública. Essas oficinas visam promover apoio, conscientização e capacitação, ajudando as vítimas a superarem traumas, adquirirem novas habilidades e reconstruírem suas vidas.

Palavras-chave: Estupro. Medo. Mulher. Oficinas.

ABSTRACT

The topic addressed in this dissertation is women's fear of rape. This issue is a serious public health problem in Brazil and worldwide. The aim of the study was to synthesize, in a comprehensive and orderly manner, the results of research dealing with the theme of fear, violence and women in the face of rape. To complete this study, the following steps were established: (1) to understand and reflect on the fear of rape experienced by women, (2) to present coping strategies to strengthen women's resilience in the face of violence, (3) to propose reflective workshops on domestic violence, violence against women and fear of rape to promote awareness and identification of risk situations. The methodology used involved a literature review, using descriptors such as “fear”, “sexual abuse”, “rape” and “woman”. The methodology was enriched by learning the content of the author Elza Machado de Melo and interpersonal relationships with the women of the Para Elas project, culminating in the development of workshops, which were planned based on Maria Lúcia M. Afonso's analysis of group dynamics and focused on themes such as rape, sexual harassment, child sexual abuse, coping with fear and domestic violence. The results indicated that workshops for groups of women who have suffered domestic and/or sexual violence can be considered a form of public policy. These workshops aim to promote support, awareness and training, helping victims to overcome trauma, acquire new skills and rebuild their lives.

Keywords: Rape. Fear. Women. Workshops.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALMG- Assembleia Legislativa de Minas Gerais

AMB- Associação Médica Brasileira

BEPA- Boletim Epidemiológico Paulista

DEAM- Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher

DIEESE- Departamento Intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ISAPS- Internacional da Cirurgia Plástica

SNPM- Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UNICAMP- Universidade de Campinas

USP- Universidade de São Paulo

ONU- Organização Das Nações Unidas

OMS- Organização Mundial De Saúde

TJDFT- Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Minha trajetória	12
1.2 Objetivo geral	15
1.3 Objetivos específicos	15
1.4 Método.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1 O Medo.....	18
2.2 A violência.....	20
2.3 A mulher e a violência.....	21
2.4 Considerações sobre a violência doméstica.....	22
3 RESULTADO E DISCUSSÃO	38
3.1 PROPOSTAS DE OFICINAS	38
3.1.1 Primeira Oficina: Estupro	40
3.1.2 Segunda Oficina: Assédio Sexual.....	43
3.1.3 Terceira Oficina: Abuso Sexual Infantil.....	47
3.1.4 Quarta Oficina: Enfrentando o Medo	49
3.1.5 Quinta Oficina: Violência Doméstica.....	51
3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO	55
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
5 REFERÊNCIAS.....	64

1 INTRODUÇÃO

1.1 Minha trajetória

Diante de diversos fatos que me causam adoecimento emocional e físico, despertei e comecei a acreditar que, ao escrever sobre aquilo que ninguém viu, que ninguém soube, que talvez ninguém tenha vivido, mas que aconteceu e eu vi e senti. Foi nesse sentir que me despertei para este registro e fiz a escolha do título com muito foco “MEDO DA MULHER QUANTO AO ESTUPRO: oficinas interventivas em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência”. Dentro deste foco, eu me encontro e reflito sobre a resposta que, desde muito cedo, me indigna: o medo, a violência e o estupro. São temas que doem profundamente em minha alma, extrapolam todo o meu corpo e, por várias vezes, me causam pernas trêmulas. No entanto, essa dor se transforma em energia para buscar alternativas de solução. Este sentir, este relembrar e este reviver me transportam a desenhar um novo modelo, que hoje, na prática diária, pelo menos um percentual mínimo das vítimas não tenha medo de denunciar o agressor, e que este receba a devida punição e um tratamento adequado, evitando repetir o ato que, muitas vezes, faz parte de sua realização e afirmação do machismo, do qual ele e a vítima fazem parte.

Ao longo desta caminhada como assistente social, com 40 anos de experiência como professora, diretora de escola, conselheira tutelar, gestora de projetos voltados para mães de adolescentes privados de liberdade no Sistema Socioeducativo, e, por fim, lidando com o crescente número de feminicídios e com mulheres que permanecem resilientes diante do sofrimento físico e emocional causado pela violência, acredito firmemente no potencial das muitas escutas e vivências acumuladas. Estas experiências podem se transformar em políticas públicas a nível municipal e estadual, incluindo capacitações diversas que englobam conscientização, geração de renda, cursos profissionalizantes e outros procedimentos desenvolvidos a partir da escuta.

Minha proposta é aproveitar o que já existe, somando às propostas surgidas da escuta dos desejos das próprias vítimas, filtradas através do estudo de especialistas no assunto, para compilar como política pública. Esta abordagem partirá da escuta, da fala e da ação, para que as pessoas que sofreram violência, como estupro, sejam incentivadas a denunciar, a buscar tratamento e a recompor seu emocional e sua vida. É essencial que elas reconheçam que sofreram violência e se identifiquem como vítimas, pois muitas vezes não têm consciência de que o que sofreram é uma forma de violência. Ao admitir terem sofrido estupro e ao deixar registros, elas devem receber respostas em forma de políticas públicas a partir daquele

momento. Observando esses e outros fatos, me propus a desenvolver um ensaio onde mulheres, como aquelas que atendo no "Para Elas", possam transformar-se de pisoteadas, vitimizadas e violentadas em sujeitos de sua própria transformação, autogestão de suas vidas e de suas histórias.

Sobre o programa Para Elas, de acordo com Elza Machado de Melo e Victor Hugo de Melo (2016, p. 26):

De âmbito nacional e desenvolvido na UFMG, no Programa de Pós-Graduação de Promoção de Saúde e Prevenção da Violência-Mestrado Profissional, o Programa Para Elas, que associa ensino, pesquisa, extensão e intervenção, teve início no final de 2011, conseguiu cumprir suas ambiciosas metas, ultrapassá-las e, mais importante, ganhar sustentabilidade para prosseguir, mesmo depois de finalizado o financiamento do Ministério. Ao longo de cinco anos, o projeto realizou um seminário nacional em Belo Horizonte e cinco macrorregionais – Belo Horizonte, Salvador, Curitiba, Palmas, Goiânia; organizou serviços e equipes em 10 municípios, sede de territórios de cidadania, espalhados pelas regiões brasileiras e eleitos no Fórum Nacional de Enfrentamento da Violência contra a Mulher, para abordar a saúde da mulher do campo, da floresta e das águas; desenvolveu e ministrou cursos de capacitação para 1.350 profissionais de todo o Brasil; estudou as características da rede de atenção à mulher em situação de violência. Em todos esses espaços e estudos o programa acoplou procedimentos de pesquisa, especificamente entrevistas semiestruturadas com profissionais utilizando questionários autoaplicáveis, preenchidos presencialmente e online; grupos focais com profissionais; observação participante e entrevistas abertas com mulheres usuárias dos serviços. Com esse acervo de informações, produziu com robustez material técnico-científico. Com essa produção, acumulou expertise, adquiriu solidez e garantiu durabilidade; gerou importantes produtos e práticas inovadoras; ganhou conhecimento e reconhecimento.

Minha trajetória no "Para Elas" foi, senão a maior, uma das mais significativas jornadas que me permitiu concretizar este sonho e compromisso de aprofundar cada vez mais na busca do conhecimento técnico. Busquei leituras que saciassem meu desejo de compreensão, auxílio, transformação e uma luta maior e mais intensa por propostas de políticas públicas. Lá, propusemos projetos no âmbito municipal para ajudar aquelas mulheres a elevar sua autoestima. Através da geração de renda, além de criar laços, realizamos uma rede entre elas, harmonizando seus encontros em feiras, oficinas, cursos e aprendizados. Muitas dessas mulheres mantinham-se em relacionamentos abusivos porque dependiam financeiramente de seus parceiros até para se alimentar.

Conforme diversos relatos, essas mulheres viviam em relacionamentos tóxicos que lhes causavam adoecimento e depressão, impedindo-as de se libertar do medo. O autor Bourdieu (1989) introduz o conceito de violência simbólica como uma forma de dominação que é invisível e sutil. Ela ocorre quando as pessoas aceitam e internalizam as normas, valores e estruturas sociais que favorecem os interesses das classes dominantes, sem perceber que estão sendo submetidas a uma forma de opressão. Essa aceitação é o que torna a violência simbólica tão poderosa, pois ela opera através do consenso, em vez de pela força.

A cada mulher que eu ouvia, e em muitas das quais me via refletida, crescia ainda mais a minha vontade de chegar a este mestrado, ser mestra baseada no entendimento sobre "Por que as mulheres têm medo do estupro". O título e o sentido deste trabalho não se esgotam, pois, a proposta é continuar estabelecendo parcerias para políticas públicas adequadas que também promovam a cura. Hoje, um dos pontos fortes nos relatos de inúmeras mulheres é perceber o desejo delas de chegar ao encontro no Para Elas, onde se sentem acolhidas nas suas dores e angústias. É enquanto eu trabalho para curar essas mulheres da violência doméstica, quando falo para elas, estou falando para mim mesma. Eu me encontro e me realizo em cada uma delas.

Nesta trajetória que já ultrapassa meio século, carrego nos ombros a responsabilidade, o prazer e o compromisso incessante de dar continuidade à obra da minha professora Elza Machado de Melo no Para Elas. Foi ali que percebi o quanto os meus ouvidos são úteis, pois, mais do que ouvir as mulheres que sofrem violências, posso deixar meus ouvidos no coração delas até que uma nova prática possa surgir para nossas ações coletivas. Utilizo minha mente para imaginar o foco de um coletivo tão sensível, minhas mãos para elaborar os projetos delas e com elas, em uma mesa redonda, meus olhos para perceber o que cada uma sinaliza naquele encontro de confiança e sigilo, e meus ombros para acolher a dor e enxugar as lágrimas de muitas que sofreram o estupro do esposo, repetidamente, ou a violência do estupro do pai ou do padrasto desde os 12 anos até conseguirem falar.

Com essas implicações profissionais, sociais e pessoais e buscando aprofundar no tema, questionei-me: Como a problemática do medo do estupro tem sido discutida teoricamente para as mulheres e quais são as implicações para as políticas públicas de saúde? Como a temática do medo do estupro pode ser abordada em atividades de grupo com mulheres, principalmente aquelas do projeto "Para Elas", como uma intervenção social e comunitária para enfrentamento da violência contra a mulher e violência doméstica? São estas questões que me mobilizaram a escrita e proposta deste trabalho.

De acordo com Nitaraha (2020), a violência sexual contra mulheres e meninas é uma realidade alarmante no Brasil, refletindo um profundo temor em relação ao estupro. A pesquisa realizada pelos institutos Patrícia Galvão e Locomotiva revela que 95% das mulheres brasileiras vivem com o medo constante de serem estupradas, enquanto 92% dos homens compartilham esse medo em relação às suas filhas, mães, esposas ou namoradas. Esse cenário de insegurança é agravado pela percepção de que o sistema de saúde e as autoridades competentes ainda não oferecem o suporte necessário às vítimas. A falta de serviços adequados para atender a essas mulheres, somada ao estigma social e ao medo de exposição, impede muitas delas de

denunciarem o crime e buscarem os cuidados de saúde apropriados, incluindo a interrupção segura da gravidez decorrente de estupro.

Além das consequências físicas e psicológicas devastadoras, a gravidez resultante de estupro impõe um fardo adicional às vítimas, que frequentemente se veem desamparadas pelo sistema público de saúde. Apenas 46% da população brasileira afirma conhecer um serviço de saúde adequado para vítimas de estupro, apesar de 88% apoiarem a existência de tais serviços em todas as cidades do país. A pesquisa evidencia a necessidade urgente de fortalecer os serviços de acolhimento e atendimento médico para essas mulheres, garantindo que todas tenham acesso à interrupção legal e segura da gestação. Isso não apenas respeita os direitos das vítimas, mas também reflete um consenso social crescente de que o suporte às sobreviventes de violência sexual deve ser uma prioridade em políticas públicas de saúde e segurança (NITARAHA, 2020).

Para tentar responder estas perguntas, foram elencados os seguintes objetivos:

1.2 Objetivo geral

Compreender e refletir sobre o medo do estupro vivenciado pelas mulheres.

1.3 Objetivos específicos

- a. Explorar estratégias de enfrentamento do medo para fortalecer a resiliência das mulheres diante da violência. Para alcançar este objetivo, será conduzida uma pesquisa descritiva, que visa expor as experiências e práticas de enfrentamento do medo entre as mulheres afetadas pela violência.
- b. Apresentar atividades reflexivas sobre a violência doméstica para promover a conscientização e a identificação de situações de risco.
- c. Propor oficinas temáticas sobre estupro, assédio sexual, abuso sexual infantil, enfrentamento do medo e violência doméstica, visando conscientizar, prevenir e empoderar mulheres e comunidades, com base em autores e teorias relevantes da psicodinâmica de grupos e dinâmica de mudança social.

1.4 Método

Para alcançar o proposto nos objetivos, será conduzida uma pesquisa descritiva e exploratória, com método qualitativo, optando-se por construir o caminho metodológico deste trabalho em duas

frentes, a primeira, trata-se de um resgate teórico da literatura que buscou sintetizar de forma abrangente e ordenada os resultados de pesquisas que abordem a temática do medo da mulher frente ao estupro. Para a realização deste estudo, foram utilizados os seguintes descritores: “medo”, “abuso sexual”, “estupro”, “mulher”. A pesquisa foi efetuada através do uso de base de dados das principais plataformas: SciELO (Scientific Electronic Library of Online), Literatura Latino-Americana e do Caribe, em Ciências da Saúde (LILACS), Biblioteca virtual em saúde (BVS) além disso, foram utilizadas referências das pesquisas de Kast (2023), Abreu (2016), Rojas e Diniz (2019), Ferrari (2002), Larrauri (2010), Luhmann (2005), Calazans e Cortes (2011), Campos (2011), Campos (2013), IBGE (2023), Dieese (2023), ONU (1993), Nogueira (2024), Bianchini (2024), Zaluar (1994), Sodré (1992), Enriquez (1997), Lewin (1948), Braier (1986), entre outros, como também se fez uso de resoluções, legislações vigentes com destaque para a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, livros, publicações do Ministério da Saúde relacionados a temática abordada.

A segunda frente de trabalho empregou o aprendizado com o conteúdo da autora Elza Machado de Melo, associado as relações interpessoais com as mulheres do Para Elas, culminando com a implantação de uma oficina do Para Elas em cada uma das 09 regionais de BH, com a parceria do Núcleo da UFMG, e da Secretaria Municipal de Saúde de BH, oficialmente, e outras parcerias que defenderem a mesma causa.

Conforme as análises da autora Maria Lúcia M. Afonso, no livro “Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial” (2006), pode-se notar considerações sobre as dinâmicas de grupo:

Levando adiante as pesquisas sobre a psicodinâmica do processo grupal, Foulkes (1967) introduziu o conceito de Matriz Grupal. Para ele, o grupo é uma matriz de experiências e processos interpessoais. A matriz do grupo é uma mentalidade grupal, englobando consciente e inconsciente. É constantemente realimentada pela rede de comunicação no grupo. Os processos vívidos expressam os modos como os participantes percebem e traduzem a matriz grupal. É interessante assinalar que, apesar de expressar grande relação com o contexto cultural do qual o grupo faz parte, a matriz do pequeno grupo busca ser dinâmica e aberta para incentivar processos de mudança (AFONSO, 2006, P.19).

A autora Afonso (2006, p. 21) afirma: “Todo grupo, ao formular os seus objetivos, se propõe a uma mudança ou realização.” Diante da relevância das dinâmicas de grupo para se alcançar mudanças, foram esquematizadas 5 oficinas nos temas: Estupro, Assédio Sexual, Abuso sexual infantil, enfrentamento do medo e Violência doméstica. As oficinas promovem uma relevante interação para se provocar reflexões, instruções e mudanças. Nas palavras da autora Afonso (2006, p.18):

No grupo, busca-se promover a interação, a comunicação, a palavra livre, a elaboração do sistema de valores, atitudes e relações que nele vigoram. O coordenador deve estar atento ao campo total da interação, ou seja, a matriz na qual as reações inconscientes se operam e não apenas as colocações individuais. São observados os temas grupais, as formas de resistência, de comunicação etc. O grupo deve assumir responsabilidade pelo seu processo.

As oficinas desempenham um papel crucial ao promover a interação e a comunicação dentro do grupo, facilitando reflexões profundas, instruções inovadoras e mudanças significativas.

Com base nas concepções de aprendizagem e elaboração do grupo operativo, pode-se compreender que a oficina possui tanto uma dimensão pedagógica quanto uma dimensão terapêutica. A dimensão pedagógica promove o processo de aprendizagem do grupo, fundamentado em suas experiências e demandas específicas. A dimensão terapêutica, por sua vez, apoia um processo de elaboração através da análise das relações dentro do grupo, dos insights obtidos e da reflexão conjunta (AFONSO, 2006).

No que diz respeito à organização das oficinas, Afonso (2010 *apud* Luiz, Prá e Azevedo, 2014) enfatiza a importância de considerar quatro etapas fundamentais: identificação da demanda, análise preliminar, definição de foco e estrutura, e planejamento adaptável. A identificação da demanda envolve a análise das necessidades que motivaram a criação da oficina, seja por solicitação de uma instituição específica ou como iniciativa dos pesquisadores para ser apresentada em escolas, creches, ou instituições como a APAE. Neste momento, é crucial refletir sobre os interesses reais e as motivações explícitas e implícitas por trás da oferta da atividade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste estudo, abordaremos inicialmente o medo, seguido pela análise da violência em geral, com foco específico na violência contra a mulher, e concluindo com a violência doméstica e suas implicações. Esse percurso é relevante, pois o medo é uma emoção instintiva que, quando reconhecida e enfrentada, pode transformar o indivíduo, fortalecendo-o e possibilitando uma interação mais adaptativa com o ambiente e as situações do cotidiano. Após explorar o conceito de medo, aprofundaremos a compreensão sobre a violência, um fenômeno profundamente enraizado na sociedade e na história humana, que se manifesta de maneiras visíveis e sutis, sendo perpetuado por relações de poder e a transmissão de comportamentos entre gerações. Finalmente, examinaremos a violência contra as mulheres, um problema global e crônico, exacerbado pela cultura do machismo e do estupro, que causa graves consequências

físicas, mentais e emocionais para as vítimas, além de perpetuar a culpa e o silêncio (KAST, 2023; ABREU, 2016; ONU, 1993; NOGUEIRA, 2024; BIANCHINI, 2024).

2.1 O Medo

Parte-se do pressuposto de que o medo é um elemento instintivo e presente nos seres humanos desde tempos remotos, sentimento este que todos nós conhecemos até os dias de hoje. Ele é capaz de mudar o sujeito, suas relações com os outros e com o mundo. Segundo Kast (2023, p. 34), o medo exerce sua influência sobre o corpo físico e o mental, “nos deixa tensos, ele ameaça, perturba e afeta o núcleo da existência”. Tal emoção tão presente pode exercer função fundamental na existência humana como elemento cujo objetivo é fazer reagir diante de situações que são perigosas e ameaçadoras, gerando estresse e ansiedade, tendo sua relação diretamente conectada com situações e acontecimentos que se podem vivenciar no cotidiano.

Ainda nessa perspectiva, Kast (2023, p. 34) continua propondo a reflexão do que o medo pode querer de nós como sujeitos ou como pode ajudar no entendimento do que está acontecendo ou do que está em torno da sociedade, do sujeito vivenciando no coletivo. Ela argumenta que “[...] somente aquele que assume o medo, que não se movimenta em espirais de evitação, não foge dele, mas resiste a ele, que lida com ele ativamente, pode transformá-lo em uma força vital positiva”. Isso significa que fugir da compreensão da emoção do medo e de sua mensagem oculta é impedir a evolução, a mudança e o ato de modificar algo que ocasiona ou que gere o medo como sintoma ou resultado. Abreu (2016, p. 78) complementa que “o medo é ferramenta essencial para as relações humanas diante do que podemos aprender com ele”.

Sendo assim, o medo pode ser ferramenta transformadora, se utilizado a favor da própria transformação daquele que sofre com ele. Esse sujeito pode se tornar forte, usando o seu medo em potencial porque o admitiu, reconheceu e o conheceu como tal a seu favor, ali estará reforçado para um enfrentamento diante das situações previstas e inesperadas (KAST, 2023; ABREU, 2016; FERRARI, 2002).

Rojas e Diniz (2019) evidenciam que o medo é umas das emoções que podem revelar uma experiência singular e subjetiva do indivíduo diante de sua vivência, resultando em mudanças comportamentais, psicológicas e fisiológicas em razão daquilo que o prova, que o instiga. Ainda nessa perspectiva, Rojas e Diniz (2019) acrescentam que “interações e sentimentos cotidianos, ameaças concretas e pensamentos imaginários ativam o sistema nervoso central, resultando no comportamento que propiciam melhor interação com o

ambiente”. Isto é, aquilo que está dentro ou ao redor no indivíduo e que elicia o medo tem impacto direto no sujeito, no seu comportamento e subjetividade.

Então, com base no supracitado, o medo, segundo Ferrari (2002), é reconhecido por uma perturbação no corpo do indivíduo diante da ideia de ser exposto a uma forma de perigo, ainda que ela seja real ou não. É aquela apreensão que resulta numa atenção que espera que algo ruim vá acontecer. Nesse sentido, o medo pode resultar nos impactos do sujeito que enfrenta esse estado constantemente (FERRARI, 2002).

No entanto, a problemática social em torno do medo se dá em como se lida diante de manifestação constante ou força de reação causada no indivíduo (FERRARI, 2002).

A esse respeito, Alves (2023), comenta:

Quando sentimos medo o corpo se prepara para o famoso “lute ou fuja”. Seu corpo se prepara para dois resultados possíveis, enfrentar a situação e lutar com ela ou sair correndo, fugir. Isso faz seu cérebro trabalhar muito intensamente, o que gera mais adrenalina. A pessoa pode se sentir: trêmulo e enjoado, dores agudas nos braços, pernas e ombros, os sentidos são bombardeados com muito mais informações do que costuma administrar e por isso o cérebro não consegue filtrar tanta informação e se torna super vigilante, e assim fica muito mais sensível ao que acontece à sua volta. (ALVES, 2023, P.166)

Evidencia-se a importância de alertar e não ignorar o medo, principalmente o constante, o que retorna e se faz “presente” a todo o momento. Por outro lado, Alberto (2023) alerta que o medo ainda pode estar relacionado a outras fobias que podem ser presentes e resultantes do contato constante com o medo. Enquanto o medo é um mecanismo de proteção que nos alerta, a fobia é um medo desproporcional ao perigo. Ainda, na obra “Medo líquido” de Zygmunt Bauman, encontra-se:

A vida líquida flui ou se arrasta de um desafio para outro e de um episódio para outro, e o hábito comum dos desafios e episódios é sua tendência a terem vida curta. Pode-se presumir o mesmo em relação à expectativa de vida dos medos que atualmente afligem as nossas esperanças. [...] Nossa vida está longe de ser livre do medo, e o ambiente líquido-moderno em que tende a ser conduzida está longe de ser livre de perigos e ameaças. A vida inteira é agora uma longa luta, e provavelmente impossível de vencer, contra o impacto potencialmente incapacitante dos medos e contra os perigos, genuínos ou supostos, que nos tornam temerosos episódio para outro, e o hábito comum dos desafios e episódios é sua tendência a terem vida curta. Pode-se presumir o mesmo em relação à expectativa de vida dos medos que atualmente afligem as nossas esperanças (BAUMAN, 1925, p. 14).

Pode-se inferir que o medo permeia as relações sociais em todos os aspectos da sociedade, embora seja frequentemente negligenciado ou tratado como algo trivial. Bauman (1925, p. 15) ressalta essa questão, destacando como o medo líquido se tornou uma parte

integral da vida contemporânea. Sua análise revela uma sociedade imersa nesse medo líquido, onde a violência, muitas vezes sem uma face definida, impacta uma população vulnerável. Essa realidade está enraizada na modernidade líquida, caracterizada pelo consumismo, pela incerteza e pelo individualismo, que mina os laços comunitários e dificulta a cooperação coletiva. No entanto, essa situação frágil e efêmera apenas alimenta a violência da desunião, deixando os indivíduos perdidos em seu próprio egoísmo, sem encontrar soluções eficazes para lidar com esses desafios (BAUMAN, 1925).

2.2 A violência

Vivemos a violência a cada momento da nossa vida, muitas vezes sem percebê-la, de diversas formas que se incorporam ao humano e fortalecem a sociedade como um meio violento no qual estamos inseridos por sermos parte dela e ao mesmo tempo também violentos, sem perceber que o somos (CHAUÍ, 2017). A violência é definida, numa perspectiva legal e ética, por atos que constituem violação de direitos, sendo ainda considerada um instrumental de poder, desencadeando uma situação em que o sujeito detentor de mais poder se vale de ações para reiterar e/ou ampliar seu poder (MELO e MELO, 2016).

As violências são consideradas processos sócio-históricos e podem se expressar de formas visíveis e não aparentes em diferentes espaços, como nas relações sociais, na comunicação e nas instituições. Dentre elas, destacam-se a violência urbana, doméstica, familiar e intrafamiliar e econômica, vejamos as considerações de Melo e Melo (2016, p.18):

O século XX será lembrado como um século marcado pela violência. Em uma escala jamais vista e nunca possível na História, ele nos oprime com seu legado de destruição em massa, de violência imposta. Mas esse legado – resultado de novas tecnologias a serviço de ideologias de ódio – não é o único que carregamos, nem que devemos enfrentar. Menos visível, mas ainda mais disseminado, é o legado do sofrimento individual diário. É a dor das crianças que sofrem abusos provenientes das pessoas que deveriam protegê-las, mulheres feridas ou humilhadas por parceiros violentos, pessoas idosas maltratadas por aqueles que são os responsáveis pelos seus cuidados, jovens oprimidos por outros jovens e pessoas de todas as idades que infligem violência contra si próprias. Este sofrimento – e há muitos outros exemplos que eu poderia citar – é um legado que se reproduz quando novas gerações aprendem com a violência de gerações passadas, quando as vítimas aprendem com seus agressores e quando se permite que se mantenham as condições sociais que nutrem a violência. Nenhum país, nenhuma cidade, nenhuma comunidade estão imunes à violência, mas, também, não estamos impotentes diante dela. Na ausência de democracia, respeito pelos direitos humanos e um bom governo, a violência prospera (MANDELA 2002 *apud* MELO e MELO, 2016, p. 18).

Rezende (2023) define a violência contra a mulher como qualquer tipo de ação danosa

física, sexual, psicológica, patrimonial ou moral, sendo o alvo uma mulher, praticado expressamente pelo fato de ser mulher. Estas violências podem acometer as mulheres no âmbito da vida privada e em ações individuais, como: assédio, violência doméstica, estupro, feminicídio, violência obstétrica. Ou ainda, podem ser ações coletivas, sociais e culturais, como no caso de políticas estatais, de mutilação genital feminina, e as praticadas por organizações criminosas, como a rede de tráfico de mulheres para prostituição forçada. Com isso, nota-se que um grande desafio perpassa pelo fato de ser a violência um fenômeno tão antigo quanto a própria humanidade.

2.3 A mulher e a violência

As Nações Unidas definem violência contra as mulheres como "qualquer ato de violência de gênero que resulte em, ou seja provável que resulte em, dano ou sofrimento físico, sexual ou mental às mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária da liberdade, seja na vida pública ou privada" (ONU, 1993).

Nos estudos de Melo e Melo (2016, p.25), pode-se notar mais informações sobre a violência que atinge as mulheres:

A violência atinge mulheres de todas as idades e de todas as classes sociais, em todo o mundo, desde os tempos mais remotos. Exercida em sua própria casa, é provocada por aqueles com quem a mulher possui vínculos afetivos, traz consequências múltiplas e compromete a saúde física, mental, sexual e reprodutiva da mulher. Com o trabalho de revisão sistemática e de síntese de dados científicos realizado pela OMS envolvendo 155 estudos de 81 países mostrou que, no conjunto, 35% das mulheres do mundo já sofreram violência física e/ou sexual pelo parceiro ou violência sexual por outro agressor que não o parceiro, confirmando o caráter global da violência contra a mulher. Em outro estudo realizado em 15 localidades de 10 países (Bangladesh, Brasil, Etiópia, Japão, Namíbia, Peru, Samoa, Servia e Montenegro, Tailândia e Tanzânia) encontraram-se prevalências diferentes, mas altas em todos eles, variando de 13 a 61%. Mais importante ainda é o fato de que, para a maioria das mulheres, a violência física não consistia em fato isolado e representava situação crônica, que se repetiu ao longo do tempo. Ainda de acordo com esse estudo, a prevalência de violência sexual, por sua vez, variou de 6%, nas cidades do Japão, Sérvia e Montenegro, a 59% na Província da Etiópia. Na América Latina e Caribe, a violência contra a mulher perpetrada por parceiros íntimos é disseminada e se apresenta em suas várias formas de expressão, sejam agressões físicas leves e/ou graves, violência sexual, ameaças, dominação, controle e abusos de ordem emocional, apresentando-se como situações ocasionais ou como experiências cotidianas e de longa duração.

A violência contra as mulheres é um problema global que transcende idades e classes sociais, causando graves consequências físicas, mentais e emocionais, e frequentemente se manifestando de forma crônica e repetitiva nas próprias casas das vítimas.

Quanto a forma de violência sexual, segundo Rodrigues e Ramalho (2022), ocorre uma

subnotificação de denúncias, visto que predominantemente, a vítima, na maioria das vezes, conhece o agressor, levando ao medo de denunciá-lo. Além disso, a mulher frequentemente desconfia das instituições de justiça e segurança pública, dado que o estupro é um crime de difícil comprovação. Dessa forma, a mulher acredita que sua palavra não será considerada credível. Ademais, há o receio do julgamento social ao qual a vítima será exposta, considerando o machismo presente na sociedade que frequentemente culpa a mulher, mesmo quando ela é a vítima.

Após análise de diversos estudos sobre o crime de estupro cometido por homens contra mulheres, conclui-se que, na maioria dos casos, a sociedade tende a perdoar os estupradores e a culpar as vítimas. Isso resulta de concepções discriminatórias e machistas, oriundas do patriarcalismo que sustenta a cultura do estupro. Frequentemente, as consequências do crime são mais severas para a vítima do que para o agressor (RODRIGUES; RAMALHO, 2022).

Segundo a ONU no Brasil (2016), o termo "cultura do estupro" refere-se às formas como a sociedade normaliza o comportamento sexual violento dos homens e culpa as vítimas de assédio sexual. De fato, vivemos em uma sociedade que, embora condene e penalize o crime de estupro, aceita justificativas para a violência sexual masculina e culpabiliza as mulheres vítimas.

A ONU (2016) afirma que a naturalização de comportamentos machistas, sexistas e misóginos, como cantadas de rua, piadas sexistas, ameaças, e estupro, fomentam agressões sexuais e outras formas de violência contra as mulheres, que vivem sob constante ameaça na cultura do estupro. A cultura do machismo e da misoginia perpetua a violência contra o sexo feminino, principal vítima desse crime.

2.4 Considerações sobre a violência doméstica

2.4.1 Princípios da legislação de violência doméstica

a) Como tudo começou

Na obra “Sobrevivi: posso contar” de Fernandes (2012), pode-se percorrer a história de Maria da Penha. Como um aguçado, hoje, e um despertar legítimo, sempre, a Maria Da Penha Maia Fernandes nasceu em 1945 em Fortaleza, a mais velha de 5 filhas. Se formou como Farmacêutica e Bioquímica em 1966, na primeira turma da Universidade Federal do Ceará. Enquanto cursava mestrado na USP, Maria da Penha conheceu o economista colombiano Marco Antônio Herédia Viveros, com quem se casou e teve três filhas. Mais tarde Maria da Penha

descobre que Marco Antônio era divorciado e tinha um filho na Bolívia, e utilizou de seu casamento no Brasil para fugir de suas responsabilidades com seu filho. Ela relata que no início do casamento, seu marido era simpático e solícito, e isso começou a mudar após o nascimento de sua segunda filha, fato que coincidiu com o fim do processo de naturalização de Marco como brasileiro. Nessa época ela começa a ser agredida pelo marido e começa a pensar na separação em 1981.

Maria da Penha relata que tinha medo de morrer caso pedisse a separação, e ficou na esperança de que essa iniciativa partisse do marido, que nunca aconteceu. Numa noite de maio de 1983, Marco Antônio tenta matar Maria da Penha com um tiro. Os vizinhos ouviram os gritos e o tiro, e ele fala que foi uma tentativa de assalto na casa dele. Os vizinhos mesmo assim entram na casa pra ver o que está acontecendo e encontram ele com o pijama rasgado e uma corda no pescoço alegando que os bandidos tentaram estrangular ele: tudo planejado. Chega uma ambulância e leva Marco Antônio, e no meio disso tudo os vizinhos não perceberam que Maria da Penha estava no quarto. Algum tempo depois, a babá das crianças encontra Maria na cama, pedindo socorro sem força alguma. Um casal de amigos médicos entra no quarto e começa o atendimento no quarto enquanto chamam a ambulância. Quatro meses depois ela consegue uma vaga na rede de reabilitação, e recebe a notícia de que nunca mais abandonaria a cadeira de rodas. Marco Antônio começa a tomar atitudes para isolar Maria de seu círculo social, inclusive sua família, fazendo ameaças e agressões. Com medo de que ele agredisse as filhas, ela finge para as filhas que ela que decidiu não falar mais com os amigos e família, e disfarça as agressões para que as filhas não sofram (FERNANDES, 2012).

Maria da Penha funda o Instituto Maria da Penha², que combate à violência doméstica contra a mulher, e é presidente do Instituto até hoje. Em 2016 ela foi cogitada para o Prêmio Nobel da Paz. Uma mulher lutou literalmente com a sua vida para que essa lei existisse, é preciso um olhar clínico, hoje, para encontrar as tantas mulheres que estão passando por um cenário de agressão física ou psicológica, um olhar crítico e de compaixão, um olhar de cuidado como estímulo e força para que elas peçam ajuda (FERNANDES, 2012).

b) Apontamentos sobre os principais princípios da Lei Maria da Penha

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) estabelece diversos princípios fundamentais para proteger as mulheres contra a violência doméstica e familiar no Brasil. Alguns dos principais princípios incluem:

b.1) Proteção Integral das Mulheres: A lei visa garantir a proteção das mulheres em situação de violência, considerando não apenas a integridade física, mas também a psicológica, sexual, patrimonial e moral (BRASIL, 2006).

b.2) Prevenção da Violência: A Lei Maria da Penha enfatiza a importância de políticas públicas e ações educativas voltadas para a prevenção da violência doméstica, incluindo campanhas de conscientização e programas de educação em direitos humanos e igualdade de gênero.

b.3) Responsabilização dos Agressores: A lei estabelece medidas rigorosas para responsabilizar os agressores, incluindo a aplicação de penas severas, a prisão preventiva, e a imposição de medidas protetivas de urgência para afastar o agressor do convívio com a vítima.

b.4) Assistência e Proteção às Vítimas: A lei garante às mulheres em situação de violência o direito a medidas protetivas, como o afastamento do agressor, o direito à moradia segura, e acesso a serviços de saúde, assistência social, e apoio psicológico e jurídico.

b.5) Atendimento Humanizado e Respeitoso: A Lei Maria da Penha determina que as vítimas de violência doméstica devem receber um atendimento respeitoso e humanizado, livre de preconceitos e discriminação, por parte das autoridades e profissionais envolvidos.

b.6) Articulação e Cooperação entre Instituições: A lei prevê a integração e a cooperação entre diversos órgãos governamentais e não governamentais, incluindo a justiça, a polícia, os serviços de saúde e assistência social, para garantir uma resposta eficaz à violência contra a mulher.

b.7) Promoção da Igualdade de Gênero: A lei promove a igualdade de gênero como um princípio fundamental, buscando erradicar as práticas culturais e sociais que perpetuam a violência contra as mulheres.

c) A violência doméstica

É crucial destacar o alto custo da violência doméstica para a sociedade, afetando a vida da mulher, do agressor e dos filhos, sendo considerada um mal epidêmico em escala global. Em

uma análise global, uma em cada três mulheres sofre algum tipo de violência, quase sempre praticada por parceiros íntimos. Há uma necessidade urgente de educar a população; é essencial que as mulheres sejam ouvidas, amparadas e que haja justiça. A única maneira de salvar inúmeras vidas é falar abertamente sobre o problema, admitir as mazelas no interior das famílias, reverter essa situação e proteger as mulheres. Apesar do histórico de ódio contra as mulheres e da violência que persiste ao longo da história da humanidade, hoje entendemos que existe um contexto social e aprendido, seguido de atitudes machistas e misóginas, em que a mulher é agredida simplesmente por ser mulher. Enquanto o agressor pagava por seus crimes com uma cesta básica, é fundamental que a lei seja efetivamente aplicada, que movimentos sociais exijam a implementação da lei e que outras mulheres sejam fortalecidas.

Diante das experiências e propostas apresentadas no livro de Nogueira (2024), "Violência Doméstica e Políticas Públicas de Enfrentamento", nos deparamos com o contexto da pandemia de Covid-19 em 2020, especialmente no estado de Minas Gerais, que revelou o aumento dos índices de violência doméstica. A transformação das políticas públicas pode ser um meio eficaz para enfrentar essa violência. A reflexão pós-pandêmica confirma nossa convicção de que a geração de renda e a independência financeira são indispensáveis para ajudar a libertar a mulher do círculo vicioso de violência, uma vez que os impactos da pandemia ainda afetam a vida das mulheres nos dias de hoje.

Na obra "Violência Doméstica e Políticas Públicas de Enfrentamento", da autora Ana Paula Lamego Balbino Nogueira (2024), vemos que mais do que o dobro de mulheres adultas está fora do mercado de trabalho em comparação aos homens. O número de homens com ocupação formal ou informal, ou em busca de emprego, já ultrapassou os níveis pré-pandemia, o que não ocorreu com o trabalho feminino. Em 2022, as mulheres que desistiram de procurar emprego apresentaram suas razões: 43,88% precisavam cuidar dos afazeres domésticos, filhos ou parentes; enquanto entre os homens, esse percentual foi de apenas 10%. Esses dados evidenciam o avanço da feminização da pobreza durante a pandemia, resultando em uma grave consequência para a vida das mulheres: a conhecida correlação entre desigualdade de gênero e violência de gênero, onde um aumento em um tende a intensificar o outro.

E ainda nos defrontamos com dados que nos sugerem, alterações de postura, lutas, organizações e sobretudo mobilização esquematizada, de acordo com o DIEESE (2023)¹ No terceiro trimestre do ano passado, as mulheres constituíam 44% da força de trabalho, mas

¹DIEESE. **Departamento Intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos**. 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.html>. Acesso em 30 de maio de 2024.

representavam 55,5% dos desempregados no país. As disparidades entre homens e mulheres são significativas: as mulheres ganham em média 21% a menos que os homens. A taxa de desemprego era de 6,9% para os homens, enquanto para as mulheres subia para 11%. Além disso, o IBGE registrou 5,3 milhões de desempregadas, das quais 3,4 milhões eram negras. As mulheres subocupadas, que trabalhavam menos de 40 horas semanais, mas precisavam trabalhar mais, representavam 7,8% do total, em comparação com 5,1% dos homens. Conseqüentemente, a taxa de subutilização chegou a 25,3%, bem acima da masculina, que era de 15,9%. A diferença é ainda mais acentuada quando analisada por raça: 30,2% entre as mulheres negras e 19,2% entre as não negras. Segundo dados do Dieese, enquanto as mulheres ganhavam em média R\$ 2.305, o salário dos homens era de R\$ 2.909, indicando uma diferença de 21%. Esta disparidade persiste mesmo em setores onde as mulheres são maioria, como o trabalho doméstico, onde 91% dos trabalhadores são mulheres, mas seus salários são 20% menores.

A análise por cor da pele também revela que a renda das famílias negras é consistentemente menor do que a das não negras, independentemente da estrutura familiar. No caso de famílias chefiadas por mulheres negras com filhos, a renda média era de R\$ 2.362. Já entre casais com filhos, a renda média era de R\$ 6.587 para famílias não negras e de R\$ 3.767 para famílias negras, uma diferença de 42,8%. No Brasil, a maioria dos domicílios é chefiada por mulheres; dos 75 milhões de lares, 50,8% tinham liderança feminina, correspondendo a 38,1 milhões de famílias.

Por estes e outros dados como do DIEESE, e de autores que carregam em sua suas trajetórias literárias a vivência com a violência doméstica e suas inúmeras conseqüências, para uma sociedade saudável, pois nos processos de escuta de tantas mulheres percebemos o quanto a raça negra de fato lhes coloca numa posição de inferioridade, dado o racismo ainda presente na sociedade, apesar de leis que poderiam proteger, a dificuldade de trabalho para uma geração de renda, e ainda quando em última posição a intriga e violência dos parceiros quando a mulher trabalha e quando seu salário é superior ao do homem.

Para além de escutas confiáveis nas rodas de conversa do Para Elas, identificamos toda a fala da autora Maria da Penha em seu livro: “Sobrevivi...posso contar”, ali mergulhamos numa profunda crueldade e dolorosa violência, e navegando por todas as suas páginas, buscamos caminhos para novas políticas públicas funcionais, onde tantos dados alarmantes, possam preencher um status de passado, pois neste março de 2004, as redes de através da polícia civil em específico, DEAM (delegacia de Mulheres) dão conta que 100 (cem) agressores foram presos, há um esforço acontecendo, mas como há também notoriamente a violência crescendo

chegando ao aumento gritante do feminicídio, como outrora poderia ter sido a Maria da Penha, que está numa cadeira de roda e pode ainda registrar e contar a sua história, inclusive, resultando na lei 11. 340 de 07 de agosto de 2006.

A Lei Maria da Penha é uma norma que protege e ampara a vida de muitas mulheres, embora ainda muitas não sejam salvas e sejam massacradas por relacionamentos abusivos com agressores perigosos para esposas, filhas e filhos em situação de vulnerabilidade. A história de Marco Antônio, ex-marido de Maria da Penha, cuja obra leva o mesmo nome, ilustra o quão abusivo ele foi para a ex-esposa e para as crianças, destacando a necessidade urgente de políticas públicas que tratem e punam o agressor. Caso contrário, corremos o risco de conviver com agressores que, por vezes, se apresentam como bipolares, sutis ou delicados, mas que, na realidade, são perigosos. Assim como no caso de Marco Antônio, que tentou cometer feminicídio duas vezes, a justiça e os órgãos de segurança e proteção às mulheres podem estar lidando de forma ingênua com verdadeiras caixas de marimbondo, como já se evidencia nas medidas protetivas não cumpridas. É fundamental que a sociedade compreenda e aplique a mensagem de que "em briga de marido e mulher, todo mundo tem que meter a colher" (FERNANDES, 2012, p.59).

Já o livro de Amaral (2017), "A violência doméstica a partir dos olhos das vítimas: reflexões sobre a Lei Maria da Penha em Juízo", nos traz outras reflexões, apresentando uma investigação interdisciplinar, que se insere na interseção dos estudos de gênero, das criminologias críticas e feministas e do campo das pesquisas empíricas no direito, na verdade estudar Maria da Penha partir do olhar das vítimas, nos deixa esperança sentindo que há pessoas respeitando o caminho doloroso das vítimas de violência doméstica, visto que o autor, conseguiu olhar para além da letra fria de lei, para além dos números, o manifesta o seu cuidado por esta proposta indispensável em nossos dias, lembrando aqui que lá na obra da Maria da Penha, foram necessários em sua marca da perseverança mais de 20 anos para conseguir que o TJ do Ceará levasse a sério o caso do criminoso, que não havia passado nem dois anos preso, mas por fim, como resultados dos autos ali contidos, origina-se a Lei Maria da Penha que protege mulheres contra violência física, e psicológica, assédio e importunação sexual, neste nosso país onde a cada 4 minutos uma mulher é estuprada ou morta, a maioria por seus parceiros ou ex-parceiros, este é o relato corajoso da sobrevivente, Maria da Penha.

Dentro deste olhar de coragem, sigo trilhando por caminhos indispensáveis, vejamos esta citação abaixo presente no livro "A violência doméstica a partir do olhar das vítimas: Reflexões da Lei Maria da Penha em Juízo, do autor Amaral (2017, p. 25):

Por isso, doutor, às vezes, o marido precisa corrigir a mulher”. Era mais uma tarde de audiências no Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher no qualeu atuava. Normalmente, ali seriam realizadas por volta de 30 audiências, em um curto espaço de tempo (menos de 4 horas), nas quais as vítimas compareceriam e afirmariam se tinham interesse ou não no prosseguimento do processo contra o seu (ex) marido, (ex) companheiro, (ex) namorado, bem como relatariam se as medidas urgentes adotadas estavam sendo cumpridas pelo agressor. Muitas vezes as vítimas encarariam seus agressores pela primeira vez após a separação, discutiriam problemas de visitas a filhos e outras questões pendentes. Relacionamentos conturbados, terminos abruptos, traições e arrependimentos iriam se manifestar no transcurso da audiência e nas falas do ex-casal. Comuns, também, reconciliações ou pedidos de desculpas. Certamente, essa audiência era permeada por diversos sentimentos, muitas vezes contraditórios.

Nesta reunião, torna-se evidente que a estrutura do sistema não está adequadamente direcionada às necessidades reais da vítima e do agressor, começando pela limitação de tempo para um diálogo significativo e a criação de um ambiente de confiança. Amaral (2017, p. 25) expõe:

Nesta obra, utilizarei as expressões “vítima”, “agredida” ou “mulher em situação de violência doméstica” para denominar as mulheres que sofrem ou sofreram agressões domésticas e familiares, perpetradas por homens, em seus relacionamentos, amorosos ou familiares. Esclareço, porém, que compreendo a crítica à expressão vítima, que foi afastada da Lei Maria da Penha, prestigiando, em diversas passagens – 11 (onze), para ser exato – “mulher em situação de violência doméstica e familiar” e consagrando uma corrente teórica que via na expressão “vítima” a perpetuidade da submissão feminina e uma passividade e que aquela expressão indicaria a transitoriedade do momento vivenciado pela mulher (CARVALHO; CAMPOS, 2011, p. 146). Vítima, para os fins desta dissertação, é a mulher que está nesta situação, independentemente de sua vontade e subjugada por um homem, nesta sociedade ainda preconceituosa, patriarcal e machista.

Para nós, que estávamos ali avaliando brevemente os processos e as vidas daquelas mulheres, apesar do grande número de audiências programadas para aquela tarde, eu tinha a convicção de que, por serem simples e de curta duração, era aceitável sacrificar um pouco a qualidade pela rapidez. Eu acreditava que, embora o contato com o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública fossem rápidos, era preferível que esse contato ocorresse o mais próximo possível da data da violência sofrida, em vez de adiá-lo para uma audiência mais detalhada e demorada (AMARAL, 2017).

Nesse contexto, enquanto finalizava a assinatura de uma ata de audiência e fornecia informações a um dos assistidos, iniciou-se a audiência da dona Zulmira. Como ainda estava ocupado com questões da audiência anterior, só a notei quando já estava sentada, informando à Juíza que queria “arquivar” o processo, pois os incidentes não haviam se repetido e o agressor havia parado com os crimes contra ela. Zulmira parecia ser uma pessoa de origem humilde, já tendo passado dos cinquenta anos, assim como seu cônjuge, que estava presente por tê-la

insultado e ameaçado de morte. Sua dentição incompleta, as roupas parcialmente rasgadas e seu modo de falar, que evidenciava a falta de instrução formal, apesar do esforço para conversar de maneira quase “erudita”, refletiam sua condição humilde. Repetia, com ênfase, termos que considerava importantes para a situação, como “Vossa Excelência”, “Seu Meritíssimo” e “Doutor advogado”(ARAÚJO, 2020).

Era evidente, pela sua postura e movimentos, que se sentia acuada e tímida. Embora tentasse aparentar tranquilidade, era claro que temia as consequências daquela audiência. Ela dependia economicamente do cônjuge para sustentar sua família e seus filhos. Não era a primeira vez que se encontrava naquela situação frente a seu cônjuge, mas, mais uma vez, acreditava que os motivos que a levaram até a Delegacia de Polícia não mais existiam e que, "arquivando" o processo, poderia tentar resolver os problemas em seu lar.

Apesar do histórico de crimes praticados durante o relacionamento – não violentos, mas sempre tendo Zulmira como vítima –, o Promotor de Justiça e a Juíza, após análise dos fatos, decidiram acatar o pedido dela, encerrando o processo com uma advertência verbal ao agressor. Foi enfatizado que, em caso de reincidência, ele não teria a mesma leniência. Este cenário nos remete a uma realidade ainda muito presente, onde as mazelas impostas às mulheres, como o desrespeito à medida protetiva, são comuns. Muitas vezes, a vítima, em sua condição de inferioridade, fraqueza e insegurança, retira a medida, e o agressor, que frequentemente ameaça com morte, abandono financeiro e outros desrespeitos, sai impune. Quando a mulher chega à audiência e manifesta seu desejo de independência – se é que ela compreende plenamente o que significa ser independente, autônoma, amada e respeitada – a situação revelada é de uma mulher trêmula, sofrida, amedrontada e humilhada. Esse contexto de vitimização é frequentemente perpetuado por um sistema judicial dominado por homens – juízes, delegados e promotores – o que, mesmo quando não é o caso, ainda reflete a forma como a lei é aplicada (AMARAL, 2017).

Araújo (2020, p. 249 *apud* Zanini 2022, p.3) "Há mulheres que demoram a dar o nome de estupro àquilo que sofreram, especialmente se o agressor foi o marido ou o namorado."

Embora os relatos desta audiência estejam em conformidade com a lei, situações como a narrada por Zulmira ainda ocorrem nos dias de hoje, ressaltando a necessidade de críticas à legislação e ao seu cumprimento. Propõe-se uma análise das posturas jurídicas sob uma perspectiva externa, observando a possível preservação do machismo por parte de juízes do sexo masculino. Isso reforça a importância de movimentos diários que busquem aumentar a participação das mulheres em todas as esferas, embora ainda enfrentemos um contexto cultural que pode promover comportamentos machistas, inclusive entre mulheres.

Amaral (2017, p. 28), segue em complemento:

Há muito se constata essa violência, porém, não fosse a atuação dos grupos feministas e dos organismos internacionais, que tem contribuído substancialmente para a implementação de medidas que visibilizem essas lesões, dificilmente se teria uma sensibilização para a temática da violência de gênero no Brasil (AUAD, 2003). Por estar inserida na esfera particular e privada das residências, ao menos nas suas formas mais violentas, a violência de gênero é mantida nos interiores dos lares e protegida por diversos mecanismos sociais (BEAUVOIR, 1960; PINTO, 2010), que tendem a reproduzir essa lógica para a esfera pública, de forma cíclica e perene. De fato, possuímos hoje um cenário jurídico bem diverso do anterior a 2006, em que diversos órgãos estatais têm buscado uma maior integração e profissionalização no contexto da violência doméstica, adaptando suas rotinas para as novas demandas surgidas pelo empoderamento feminino, que, ao divulgar uma contracultura, buscava ensejar diversas mudanças sociais. No campo das políticas públicas, a norma prevê diversas opções de enfrentamento, não restritas ao Poder Executivo, nas quais se busca valorizar a mulher, situando sua importância e ressaltando o respeito que se deve ter, independentemente de suas opções pessoais.

Apesar dos tímidos avanços, é necessária uma mobilização que vá além do dia 8 de Março ou do mês de março. É urgente que, diante do grito que ecoa com o crescente número de feminicídios, sejam formuladas novas políticas públicas que, em todos os níveis de escolaridade, identifiquem claramente a violência doméstica, com suas características próprias, para que seja reconhecida, punida, evitada e tratada com rigor. Em todos os casos de violência, o agressor deve ser punido e receber tratamento psicológico, além de ser submetido a um trabalho sistematizado que faça do machismo um alvo de sensibilização e ação punitiva e corretiva. Isso contribuirá para que o machista se reconheça, declare sua condição e busque tratamento, culminando em ações de companheirismo e correções mútuas.

Para Medeiros (2018), as medidas visam dissipar o véu que oculta a violência doméstica, trazendo-a à luz pública e dotando diversas entidades estatais de meios para uma intervenção mais abrangente. Do ponto de vista jurídico, observamos um panorama normativo e jurisprudencial em busca de estabilização, impulsionado, em grande parte, pela promulgação da Lei Maria da Penha, que introduziu uma variedade de mecanismos de proteção à mulher, enquadrando essa forma de violência como uma grave violação dos direitos humanos. Adotando uma abordagem multifacetada e interdisciplinar, a lei não se limita apenas à imposição de sanções, mas busca tratar a questão de maneira mais ampla. É urgente que as mulheres se empoderem para denunciar, sendo incentivadas por grupos e movimentos a agirem proativamente, sem esperar pelo pior, reconhecendo sinais sutis como olhares atravessados ou gestos ambíguos, e compreendendo que a violência nunca deve ser confundida com amor.

A presença da norma, contudo, não garante sua efetividade, nem mesmo sugere que, no âmbito individual das vítimas, haja uma diminuição ou aumento da violência. Em termos claros, a capacidade - no âmbito simbólico - ou a real punição do agressor pouco diz sobre os

impactos da violência na vítima e a persistência desse ciclo de violência em seus lares. Não há uma conexão direta e necessária entre punição e prevenção, ou mesmo punição e satisfação da vítima. Esta esfera simbólica do Direito Penal, que categoriza a violência doméstica como um crime grave e castiga o agressor, não necessariamente resulta em mudanças nas práticas domésticas. Embora a presença de uma norma criminal possa indicar a função estabilizadora de expectativas contra fatos, ou, ao menos, seja esperado que tenha essa intenção, sua existência e validade, quando consideradas isoladamente, não implicam necessariamente em impactos na vítima ou na alteração das diversas privações que ela sofreu (LUHMANN, 2005; AMARAL, 2017; COLL, 2023).

Da mesma forma, não promove, por si só, mudanças sociais. Apesar de haver defensores da aplicação deste Direito Penal simbólico, que para alguns setores feministas representaria uma inovação nos conflitos entre parceiros íntimos, em razão do machismo e da recorrência da violência, há também uma compreensão de que existe uma interferência estatal nos destinos da vítima, desumanizando a punição e retirando sua capacidade de tomar suas próprias decisões, diminuindo sua autonomia. A discussão em questão se concentra nas estratégias de enfrentamento e como, em uma relação caracterizada pela desigualdade, violência e arbitrariedade, a vulnerabilidade feminina deve ser compreendida (LARRAURI, 2003; 2010; LUHMANN, 2005; CALAZANS & CORTES, 2011; CARVALHO & CAMPOS, 2011).

A sociedade tem assistido a claramente avanços positivos, no quesito violência doméstica e o perfil do agressor, porém são avanços tímidos e que abrem sutilmente uma fresta na janela da escuridão da existência das leis atuais, sua aplicação, sua execução e seu resultado, comprovadamente insatisfatório dado o crescimento da violência doméstica, e o número de mortes conforme o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (AMARAL, 2017).

No livro “Violência doméstica e familiar contra a mulher: Um problema de toda a sociedade” do Instituto Patrícia Galvão, (2019), é uma forte opção, como mais uma contribuição de autores renomados no assunto, a obra é essencial para compreender e combater essa problemática social, pois ainda somos as mulheres que sequer identificam que estão sofrendo uma violência, porque não sabem o que é esta crueldade, se sabem não denunciam porque têm medo e têm vergonha.

Em um momento em que os índices de violência doméstica estão alarmantes, é fundamental buscar informações e conhecimento para ajudar a combater esse problema. Por isso, é importante a leitura desse livro da Maria da Penha, para todos aqueles que desejam entender melhor as causas e consequências da violência doméstica e como podemos contribuir

para erradicá-la da nossa sociedade (IPG, 2019).

Na Inglaterra uma mulher é impedida por seu marido de lavar as mãos durante o período de isolamento imposto pela pandemia de Covid-19. Na África do Sul, outra mulher é assassinada a tiros por seu parceiro, através da porta do banheiro de sua residência. Nos Estados Unidos, uma mulher que denunciou um conhecido agressor sexual é publicamente humilhada no tribunal. No Brasil, uma parlamentar é alvo de agressões verbais por parte do futuro presidente do país. Esses exemplos ilustram como a violência se enraíza nas mentes, especialmente a violência contra as mulheres, e quais problemas ela aparenta resolver de maneira ilusória (ROSE, 2012).

Essa é uma especulação essencial que precisamos realizar para enfrentar e identificar a violência — já que frequentemente ela se manifesta de maneiras indiretas, como por meio de ajustes legislativos e estratégias econômicas. Rose também argumenta que a violência prospera justamente porque criamos mecanismos complexos para escondê-la de nós mesmos, embora ela seja parte integrante da nossa humanidade. Nesta obra, a violência é examinada a partir de histórias individuais, dados estatísticos, desdobramentos políticos e sociais, teses filosóficas, psicanálise e linguagens literária e jornalística. Autoras como Hannah Arendt, Toni Morrison, Roxane Gay, Rosa Luxemburgo — entre muitas outras, contribuem com suas obras e ideias para uma análise crítica e vigorosa que entrelaça literatura, psicanálise e feminismo. O impacto mental da leitura desses ensaios é duradouro, com sua força emergindo lentamente. Ao destacar detalhes brutais, rejeitar diagnósticos simplistas, analisar frases aparentemente banais e revelar seu poder destrutivo, e ao aproximar ideias de diversos campos do conhecimento, Rose acrescenta gradualmente camadas ao debate sobre violência. Seu raciocínio complexo alterna entre o indivíduo e o coletivo, sem jamais desconsiderar as vítimas, e nos coloca em uma posição de responsabilidade e ação ao nos convidar a pensar seriamente. Para Rose (2012) é necessário entender a força interna da violência, resistir à tentação mortal de sempre vê-la como um problema do outro. E escutar as vozes que trilham o instável caminho entre esses dois esforços — aquelas vozes que mostram que lidar com a violência interior e combater a violência no mundo são coisas inseparáveis (ROSE, 2012).

Alves e Oppel (2021) em seu livro “Violência Doméstica: Histórias de Opressão às Mulheres” mostram uma obra impactante e necessária para quem deseja compreender a gravidade da violência doméstica no Brasil. Aponta relatos reais de mulheres que sofreram diferentes tipos de abuso em seus relacionamentos, mostra como a violência pode se manifestar de diversas formas. Encontramos também no artigo dos autores Custódio e Tavares (2022), abordagens que exploram a narrativa de uma mulher em situação de violência doméstica,

examinando as intersecções entre sua trajetória de vida, as imposições sociais de gênero e a formação de sua identidade.

Para Melo e Melo (2016), relatos como o do incêndio provocado pelo agressor no quarto ou o uso de um travesseiro para cobrir o rosto da vítima durante o ato sexual, acompanhado de insultos racistas e gordofóbicos, ilustram a crueldade dessas situações de violência. Essas experiências, repetidas em diferentes contextos sociais e econômicos, evidenciam que a violência contra as mulheres é um problema estrutural em nossa sociedade que precisa ser combatido.

Como proposta, sugere-se a implementação das oficinas "Para Elas" em todas as nove regionais de BH-MG. Esses grupos, que já funcionam como espaços de diálogo, terapia e confiança, oferecem alternativas de empoderamento para mulheres em situação de vulnerabilidade, promovendo a conscientização, mobilização e geração de renda como parte da prevenção à violência doméstica (MELO e MELO, 2016).

A compilação de ensaios sobre a violência de gênero veiculados em diversos meios de comunicação entre janeiro de 2021 e janeiro de 2022, predominantemente de autoria de Wagner Cinelli, e com contribuições de Zuenir Ventura (O Globo), Melissa Duarte (entrevista para a AMB), Renata Izaal (entrevista para a Plataforma Celina, O Globo), Camille Pezzino (resenha, Caneta Tinteiro), Paulo Alonso (Reitor da Universidade Santa Úrsula, no Monitor Mercantil) e Gabriela Zimmer, aborda de forma interdisciplinar a persistência da cultura machista em muitas interações sociais contemporâneas. Seu enfoque central é a violência perpetrada por homens contra suas atuais ou ex-parceiras, abordando temas como o ciclo da violência, a importância da proteção às mulheres e a necessidade de seu fortalecimento social. O título da obra é uma alusão ao ditado popular "em briga de marido e mulher, não se mete a colher". Além dos ensaios, a obra inclui um poema que narra um caso de violência cometida por um marido abusador contra uma vítima que não reconheceu a gravidade de sua situação a tempo. Diante de situações como essa e outras similares, a atitude de não intervir é considerada obsoleta – daí a importância da forma verbal no gerúndio: "Metendo a colher", como destacou a ativista Minerva Mirabal, é lamentável permanecer passivo (FREITAS, 2022).

Infelizmente, quando lidamos com este assunto da violência perpetrada pelo companheiro, encontramos vítimas conformadas ou mesmo que não se reconhecem vítimas. Portanto, é necessário falar sobre isso. Falar para conscientizar, apoiar e buscar soluções no plano individual e no coletivo (FRAGA, 2020).

Muito além do que confirma a literatura sobre a violência, podemos perceber seus graves efeitos negativos, como expostos por Freitas (2022), visto que tais efeitos nocivos

refletem nas crianças, e isso reproduz na sociedade adulta uma realidade de morte humana, pois de acordo com "Um guia para conscientizar e libertar as mulheres do ciclo de violência - Desigualdades de gênero e acolhimento à MULHER", é comum que as mulheres sintam-se aprisionadas a uma relação violenta devido acreditar que é necessário "preservar" os filhos e filha, o que resulta num relacionamento abusivo cujo impacto na vida das crianças, às vezes, é ainda maior, e estas tendem a desenvolver problemas como: Níveis altos de estresse, traumas, alterações no desenvolvimento, modificações no comportamento, mudanças no sono, ansiedade, depressão, repetição de atitudes abusivas e agressivas em seus futuros relacionamentos.

O Art. 5º da lei Maria da Penha (2006) aduz que configura "violência doméstica e familiar contra a mulher, qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial." Vivenciamos nos livros e experimentamos em nossa vida diária as maneiras como nos ensinam a ser uma garota, nos tornando moldadas, para todo tipo de submissão, de aceitação, e do não questionamento do "porque" prevalece e cresce o índice de violência sobre nós o que nos faz naturalizá-la, pois nos acompanha desde a infância muito remota, nos remontando a culpa em todas as nossas ações para libertação, na descrição de pontos que nos põe a pensar e desejar mudar esta realidade partindo da escola, está "...O quarto das meninas tinha bolinhas cor-de-rosa feitas com tinta spray nas paredes..." (GAY; ET AL, 2021, p. 106) esta forma de moldar a menina para se tornar "uma mulher" dentro dos padrões exigidos pela sociedade, cuja sociedade somos nós.

Lembramos que conforme pensador, Mahatma Gandhi "Seja a mudança que você quer no mundo", nos chama para a participação e mobilização constantes efetivando esta conscientização tão indispensável. Visto que fatos registrados, nos alertam para que avancemos nestas buscas de respostas para perguntas que nos antecedem tais como "...O irmão de seu pai a estuprou quando ela tinha 5 anos. Todos sabiam o que aconteceu: "Eles viram sangue na minha calcinha. E na camisa dele". ela me contou. O pai dela queria matá-lo, a mãe quis denunciá-lo, mas numa reunião familiar decidiram não fazer isso, e a mãe não podia desafiar essa decisão porque tinha medo do marido" (ABDULALI 2019, p. 168).

Aprofundamos em como o medo e o medo do marido, que como agressor, dono do poder, mantém suas decisões que fortaleçam o patriarcalismo e o machismo, mais uma vez a criança é a vítima de mais esta violência. Onde nos inteiramos, e como sujeitos de uma trajetória de crueldade, certificamos que, "As vítimas de violência sexual sofrem, além dos transtornos psicológicos e alterações em sua saúde, constrangimento, pois são obrigadas a peregrinar por

várias instituições a fim de lutar por seus direitos. Devem relatar o que ocorreu, no mínimo em quatro instituições: Polícia Militar, Delegacia de Polícia Civil, Institutos Médico-legais e hospitais de urgência. E nem todos os profissionais estão preparados para este tipo de acolhimento." (MELO; MELO, 2016, p.245).

Diante de inúmeros desafios, que se tornam um constante apelo à mobilização, ao conhecimento, à conscientização e ao compromisso, seguimos constatando que o ato de violência só aumenta. Embora a indignação da população também esteja crescendo, isso ocorre em um ritmo muito tímido em comparação aos fatos que ocorrem permanentemente. Algumas dessas violências são sutis e outras desconhecidas como tal. A Sociedade Internacional da Cirurgia Plástica informou que o Brasil ocupa o segundo lugar no ranking de países que mais realizam cirurgias plásticas, sendo que 86,3% dos procedimentos cirúrgicos são realizados em mulheres (ISAPS, 2022).

Mais do que conhecer o que é a pressão estética, é urgente entender como ela se manifesta nas diferentes fases de nossas vidas e como nos tornamos escravas da beleza dentro dos padrões que nos são impostos para sermos aceitas e consideradas bonitas. Quando tratamos de violências, suas origens e os diversos tipos, remetemo-nos a vários fatos históricos e dados que, por vezes, avançam. Isso nos leva novamente à provocação: "por que?". A indagação sobre como o agressor da violência doméstica é tratado tem uma história vinculada ao fato, e, por trás de sua masculinidade, pode existir uma fraqueza. É importante destacar que as principais causas de morbimortalidade masculina apontam para a violência.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2002), dos mais 1,5 milhão de mortes anuais por causas violentas (homicídios, acidentes de transporte e suicídios) a maioria é de homens, principalmente na faixa etária de 15 a 29 anos. Além disso muitos sofrem com graves sequelas não fatais. Em 2004, homens morreram aproximadamente três vezes mais do que as mulheres em consequência de acidentes de transporte e de homicídios e duas vezes mais devido aos suicídios. Das 468 mil mortes por assassinatos no mundo, em 2010, mais da metade eram homens e jovens. Em 2009, no Brasil, a razão das taxas de mortalidade por violência entre homens e mulheres, foi de 7:1. A expectativa de vida no Brasil poderia ser superior em dois ou três anos à atual se não fosse o efeito das mortes prematuras de homens por causas violentas. Isto mostra que a violência, assim como outros problemas de saúde, não é igualmente distribuída entre os sexos ou grupos etários.

Estudos sobre a estreita relação entre os homens e a violência apresentam explicações vinculadas à socialização dos homens, centrada em um hegemônico modelo de diversos instituidor de papéis e de posições sociais, desiguais entre os sexos, além de crenças que

propiciam o envolvimento destes sujeitos com a violência, como a soberania masculina, a valentia, a honra, a dominação, a invulnerabilidade e a força. Esse modelo naturaliza a violência como um atributo aos homens e como um instrumento afirmação do "ser homem" e os induz à adoção de práticas de risco à vida e de condutas autoritárias, ambas geradoras de relações humanas violentamente conflituosas." (MELO e MELO, 2016, p. 302).

A violência está presente em vários locais, como no trânsito, no ambiente de trabalho, em eventos sociais e na sociedade em geral. Tanto jovens quanto adultos sentem uma necessidade exacerbada de demonstrar força, poder e coragem, seja em contextos físicos ou psicológicos. Essa necessidade se manifesta em ações como dirigir em alta velocidade, "conquistar" parceiros amorosos, e através de diversas atitudes que evidenciam agressões físicas ou verbais, com o objetivo de reforçar uma noção distorcida de masculinidade. Não é raro que homens aparentem ser gentis e afetuosos, escondendo sua agressividade, como exemplificado pelo marido de Maria da Penha, um agressor declarado que a atacou a tiros e tentou eletrocutá-la, conforme relatado em uma entrevista recente ao ICL. Esse caso serve como um alerta para todas as mulheres, evidenciando que palavras suaves podem ocultar um desejo latente de violência, que, quando manifestado, frequentemente resulta em agressões. Diante de casos como esse, torna-se imperativo intensificar a prevenção do risco ao qual as mulheres estão frequentemente expostas.

As relações humanas conflituosas nem sempre manifestam seus resultados através de gritos; frequentemente, são ações sutis destinadas a minar a fortaleza de uma mulher que, apesar dos rótulos de fraqueza impostos pela sociedade, esconde uma coragem gigantesca, mesmo diante do medo constante do agressor. Um exemplo emblemático é o de Maria da Penha, que, hoje, em uma cadeira de rodas, continua a ser uma poderosa lição para todas as escolas e famílias, desmistificando as falsas notícias que visam enfraquecer ainda mais a mulher (FRAGA, 2020).

O desafio imposto pela violência no âmbito da saúde e a necessidade de novos olhares sobre essa questão geraram este estudo, realizado no Município de Ribeirão das Neves -MG, cujo objetivo foi compreender à luz dos fundamentos teóricos de Arendt (1970) o envolvimento dos homens com a violência, seja na condição de vítimas ou autores.

Hannah Arendt (1970) amplia os horizontes explicativos da violência ao reconhecê-la como um produto da dominação própria das relações humanas desiguais que trazem como pano de fundo: a instrumentalização do sujeito, a aniquilação da fonte do poder legítimo - as interações humanas em pé de igualdade - e conseqüentemente perda da condição humana. Sendo a dominação o marcador da condição masculina imposto pela socialização do homem,

potencializa-se o estreitamento da relação homem-violência."

Continuamos buscando respostas para essa questão global, com a esperança de que, apesar de ser um problema intrínseco e histórico, a violência pode ser minimizada. Uma forma de se alcançar progressos e alcançar mudanças é por meio do uso de oficinas.

As oficinas desempenham um papel crucial ao promover a interação e a comunicação dentro do grupo, facilitando reflexões profundas, instruções inovadoras e mudanças significativas. Como todo grupo, ao definir seus objetivos, busca alcançar mudanças ou realizações, a seguir, foram organizadas cinco oficinas focadas nos temas: estupro, assédio sexual, abuso sexual infantil, enfrentamento do medo e violência doméstica. Essas oficinas serão fundamentais para promover uma interação relevante que incite reflexões, ofereça orientações e impulse mudanças.

3 RESULTADO E DISCUSSÃO

3.1 PROPOSTAS DE OFICINAS

Diante dos benefícios pedagógicos e terapêuticos que os trabalhos em grupo podem promover, foram planejadas cinco Oficinas em Dinâmica de Grupo, as quais se esquamatizam nas seguintes etapas de programação:

A metodologia proposta para a oficina 1, intitulada "Estupro" compreende a utilização de dinâmicas de grupo e atividades reflexivas, com o objetivo de abordar o estupro enquanto culturalmente enraizado no contexto de violência contra as mulheres. Esta abordagem é fundamentada em insights teóricos e empíricos de autoras renomadas como Sohaila Abdulali, Ana Paula Araújo e Roxane Gay. O debate será enriquecido com uma introdução de dados e conceitos provenientes de textos relevantes, promovendo uma reflexão crítica sobre as diversas formas de violência sexual e da cultura do estupro. Dessa forma, a estrutura da oficina busca não apenas fornecer informações, mas também empoderar os participantes, ressaltando a importância da conscientização e do combate à cultura do estupro na sociedade contemporânea. Sobre a aprendizagem que as dinâmicas de grupo provocam, Afonso (2006, p.43) explica:

Basando-nos na concepção de aprendizagem e elaboração do grupo operativo e nas concepções de desenvolvimento em K e crescimento em O, de Bion, entendemos que a oficina tem uma dimensão ou potencialidade pedagógica e uma dimensão ou potencialidade terapêutica. (...) Pedagógica é a dimensão que incentiva o processo de aprendizagem do grupo, a partir de sua experiência e de acordo com sua demanda. Terapêutica é aquela dimensão que sustenta um processo de elaboração, a partir da análise das relações no grupo, dos insights e reflexão.

Diante disso, para a oficina 2 intitulada "Assédio sexual" tem-se como fundamentos uma intervenção psicossocial através de dinâmicas de grupo, concentrando-se na temática do abuso sexual. Será organizada uma série de cinco encontros, cada um com duração de duas horas, em um bairro periférico de Belo Horizonte, contando com a participação de uma equipe multidisciplinar composta por profissionais especializados, incluindo psicólogo, assistente social, médico, promotor de justiça e delegado. A abordagem busca promover reflexão crítica e conscientização sobre violência sexual, homologada a práticas psicoeducativas e reflexivas. O principal objetivo desta oficina é alertar, conscientizar, refletir e prevenir a violência sexual, incluindo assédio e abuso, criando um espaço seguro para discussão e prática educativa crítica sobre esses temas.

A metodologia adotada para a construção da oficina 3 intitulada "Abuso sexual infantil" envolve a utilização de recursos visuais aliados a uma discussão estruturada sobre as "4

Verdades sobre o Abuso Sexual Infantil". Por meio de uma abordagem interativa, serão explorados detalhes cruciais, começando pela prevalência e contexto do abuso, seguido pela identificação de sinais emocionais e físicos nas crianças vítimas. A educação sobre o abuso será enfatizada, destacando estatísticas alarmantes e a importância da autoproteção e conscientização corporal. Estratégias de ensino incluem o uso de expressões anatômicas adequadas e o estímulo ao diálogo aberto e ao respeito pelo consentimento. O objetivo é criar um ambiente de aprendizagem seguro e informativo que capacite os participantes a considerarem, prevenir e intervirem no abuso sexual infantil.

A metodologia proposta para a construção da oficina 4 sobre “Enfrentamento do medo” envolve uma abordagem holística e participativa, iniciando com uma conexão emocional por meio de um abraço coletivo e uma reflexão inicial sobre o tema do medo. Em seguida, os participantes são guiados por exercícios de respiração e uma reflexão guiada, culminando em um momento de movimento e autoexploração corporal para refletir e compreender melhor seus medos. A expressão e o compartilhamento aberto são incentivados, seguidos por uma discussão guiada sobre estratégias coletivas para enfrentar os medos. Essa abordagem multidimensional visa criar um espaço seguro e acolhedor para que os participantes possam explorar e transformar seus medos de forma construtiva, fortalecendo as relações interpessoais e promovendo o autoconhecimento.

Quanto as trocas sociais proporcionadas pelos grupos, Afonso (2006, p.50) acrescenta:

O grupo se constitui em um círculo de trocas sociais, simbólicas e afetivas que envolve relação e comunicação. É preciso então abordar e analisar os elementos que dificultam essas trocas, tais como os filtros ideológicos, os tabus e zonas de silêncio, que estão presentes em dimensão consciente e inconsciente.

Sendo assim, “no grupo, podemos identificar dificuldades de comunicação devidas (a) à censura psíquica vivida por cada participante, como no caso de lembranças dolorosas que são evitadas (...)”, é o que conclui Afonso (2006, p.50).

A metodologia proposta para a construção a oficina 5 intitulada "Violência doméstica", baseia-se numa abordagem participativa e reflexiva, dividida em etapas distintas. Inicialmente, os participantes serão recebidos e organizados em um círculo, seguido por uma leitura informativa da Lei nº 14.857/2024, garantindo a proteção das vítimas de violência doméstica.

A dinâmica de grupo, utilizando cartões coloridos para representar diferentes contextos de relacionamento, permitirá a discussão e reflexão sobre situações de violência. Posteriormente, os participantes formarão duplas para discutir experiências pessoais e preparar cenas sobre as situações abordadas. A oficina pretende promover o reconhecimento das formas de violência doméstica, facilitar o diálogo entre os participantes, empoderar as mulheres e

planejar ações de intervenção coletiva.

3.1.1 Primeira Oficina: Estupro

Objetivo: Entrevir em forma de grupo para abordar o estupro como uma arma utilizada contra as mulheres, registrando-o como parte da cultura do estupro na sociedade atual. Inspirado pelos livros de Sohaila Abdulali ("Do Que Estamos Falando Quando Falamos de Estupro", 2019), Ana Paula Araújo ("Abuso: A Cultura do Estupro no Brasil"), e Roxane Gay ("Precisamos Falar Sobre Abuso").

Duração total da oficina: 3 horas

Abertura: Recepção afetuosa dos participantes com sorriso e abraço fraterno ao som de música suave. Formação de um círculo de mãos dadas, iniciando com uma música leve de acolhida.

Dinâmica Inicial: Com música de fundo, os participantes fecham e abrem as mãos, batem palmas lentamente, depois mais rápido, por um minuto. Abraçam-se desejando algo de bom e importante uns aos outros.

Seguram as mãos, a esquerda sobre a direita da pessoa à esquerda, e andam vagarosamente em círculo, pensando em uma música com nome feminino (ex.: "Maria, Maria" de Milton Nascimento).

Discussão Musical:

Ouvir "Maria, Maria" de Milton Nascimento. Discutir o significado da música por 10 minutos.

Introduzir a música como um hino de resiliência e esperança, destacando a força e a coragem das mulheres brasileiras. "Maria, Maria" é um hino de resiliência e esperança composto por Milton Nascimento e Fernando Brant, lançado em 1978. A música transmite uma poderosa mensagem de força e coragem, especialmente significativa para as mulheres brasileiras. A figura de Maria representa todas as mulheres, destacando suas lutas e a capacidade de enfrentar adversidades com determinação. A música enfatiza a magia e a força como energias femininas de resiliência que inspiram e movem a sociedade. Ao repetir o nome Maria, reforça-se a universalidade desse personagem, simbolizando todas as mulheres que, apesar das dificuldades, mantêm a esperança viva. A letra aborda a realidade de muitas pessoas que apenas apoiam a vida, indicando uma crítica social às condições de vida no Brasil. A frase "a dose mais forte e lenta" mostra que, mesmo quando é natural chorar, as dificuldades são enfrentadas com um sorriso, evidenciando que a "estranha mania de ter fé na vida" é um traço cultural brasileiro. Esta música é um convite à reflexão sobre a força feminina e a resiliência humana, elementos

essenciais para superar os consideráveis obstáculos da vida.

Os participantes do grupo serão convidados a formar um círculo, com a mão esquerda sobre a direita do companheiro, e poderão acompanhar cantando e pensando sobre o que precisa superar e como podem se ajudar nessa superação. Serão incentivados a expressar suas reflexões por meio de desenho ou palavras, imaginando sua trajetória de vida, como formas de violência conhecidas e experiências de estupro. A música "Maria, Maria" será novamente ouvida, e uma caixa lilás contendo mensagens sobre estupro circulará entre os participantes, que deverão refletir e debater sobre cada mensagem.

Expressão Criativa: Repetir a música, incentivando os participantes a refletirem sobre suas superações e dores.

Escrever ou desenhar suas experiências e histórias pessoais relacionadas ao tema. Debate e Reflexão: Discutir formas de violência sexual, como estupro e como identificá-lo.

Troca de experiências pessoais e de conhecimento sobre casos de estupro.

Com o uso de papel e caneta, os participantes serão convidados a expressar suas reflexões por meio de desenhos, palavras ou frases, em uma atividade que propõe uma viagem imaginária ao local de residência, explorando histórias e experiências dos moradores mais antigos. Serão abordadas questões relacionadas à infância e adolescência, incluindo dinâmicas familiares e possíveis situações envolvendo padrões, além de espaços de lazer e interação na comunidade. Posteriormente, serão discutidas experiências de violência na vida adulta, incluindo casos de estupro, com o intuito de reflexão sobre como tais situações foram identificadas. Após essa etapa, a música "Maria, Maria" será retomada, e um membro do grupo cujo nome começa com M será escolhido para receber uma caixa lilás, que circulará entre os participantes, interrompendo-se a cada dois minutos para que alguém abra um papel contendo uma mensagem sobre estupro. Tendo um total de 3 mensagens:

3.1.1.1 O estupro é como um passatempo para os homens de todos os tipos. (ABDULALI, 2019, p. 234). O grupo reflete sobre a frase, conversa e faz uma proposta de como poderá evitar esta violência.

3.1.1.2 Um chamado à ação e discussão exaustiva sobre medidas de combate e tratamento de agressores

Uma pesquisa conduzida pelo Instituto Patrícia Galvão e Locomotiva, descrita na página 190 do trabalho de Ana Paula Araújo, revela que 97% das mulheres entrevistadas

relataram ter vivenciado situações constrangedoras, abusivas ou criminosas, que vão desde olhares invasivos até estupros, em ambientes como Ônibus, trens, metrô, táxis e veículos de aplicativos de transporte particular. Esses resultados suscitam debates sobre a urgência de medidas preventivas e políticas de proteção para as mulheres em espaços públicos e privados (OLIVEIRA, 2022).

O grupo deve realizar uma discussão de forma exaustiva sobre o tema, abordando práticas emergentes para combater o problema, reconhecendo a importância da denúncia, da proteção adequada aos agressores e do tratamento para estes últimos.

3.1.1.3 Crianças estupradas deveriam morrer. (GAY, 2021, P.117)

Aqui, o grupo deve, de forma subjetiva, detalhar suas reflexões sobre o estupro na vida da criança e o impacto desse evento em sua fase adulta.

Inicialmente, será proposto democraticamente e com afetividade que estabeleçamos um acordo, que será formalizado por meio de um contrato, incorporando as opiniões de todos os membros do grupo. Este acordo determinará o melhor local, horário, duração da reunião, disposição do grupo em círculo, e a razão pela qual é importante estarmos em círculo. Uma das propostas para a sobrevivência e fortalecimento do grupo é a igualdade de voz entre seus membros. Todos têm direito a se expressar, e não há certo ou errado. Todos são encorajados a falar sobre o que desejarem. O local da reunião é especialmente protegido para garantir o sigilo das discussões. Os valores de fraternidade e solidariedade são fundamentais: quando alguém fala, todos ouvem, e todos têm o direito de se expressar. No entanto, não há obrigação de falar ou contribuir; o objetivo é oferecer um espaço seguro para desabafar e propor intervenções que fortaleçam as mulheres e os participantes dentro do coletivo. Isso inclui proporcionar mais segurança para compartilhar experiências, histórias, dores e mágoas, além de cultivar a coragem para agir quando necessário. Há momentos em que a ação se faz necessária, e é importante entender como, o porquê e para quê agir.

Aqui, faremos uma escuta ativa das experiências, estabelecendo um diálogo aberto e respeitoso, criando um ambiente no qual o grupo se sinta à vontade e confiante para se expressar. Essa abordagem promove um sentimento de pertencimento, que é fundamental para a coesão do grupo e contribui para o desenvolvimento de laços interpessoais. Ao se envolverem, os participantes têm a oportunidade de se conhecerem mais profundamente, construindo amizades e redes de apoio. Eles também se abrem para novas experiências e estão mais preparados para enfrentar desafios, desenvolvendo uma atitude positiva em relação às reflexões

e histórias de vida compartilhadas sobre o tema.

Após uma breve reflexão sobre o assunto, questionamos se seria relevante abordar esse tema em outros encontros e, em caso afirmativo, porque seria importante fazê-lo.

Este ambiente de escuta ativa e diálogo aberto visa fortalecer o sentimento de pertencimento, promover laços interpessoais e criar redes de apoio. Assim, os participantes se sentirão mais propensos a superar obstáculos e desenvolver uma atitude positiva em relação às suas histórias de vida e reflexões sobre o tema. Ao final, será questionado se é importante continuar discutindo o assunto em futuros encontros e por isso.

3.1.2 Segunda Oficina: Assédio Sexual

Objetivo da Oficina: O principal objetivo desta oficina é alertar, conscientizar, refletir e prevenir a violência sexual, incluindo assédio e abuso, fomentando um espaço seguro para discussão, conscientização e prática educativa crítica sobre esses temas.

Esta proposta tem como finalidade realizar uma intervenção psicossocial através de dinâmicas de grupo, centrada no tema do abuso sexual. Será organizada uma série de cinco encontros com duração de duas horas cada, em um bairro periférico de Belo Horizonte. A intervenção contará com uma equipe multidisciplinar composta por um psicólogo, um assistente social, uma médica, uma promotora de justiça e uma delegada especializada na defesa dos direitos da criança e do adolescente.

As atividades incluem rodas de conversa e serão complementadas com a exibição de um filme e a realização de uma peça teatral criada pelas próprias meninas. Além disso, uma música relacionada ao tema do abuso sexual será utilizada para fortalecer o aprendizado e o referencial teórico, abordando os benefícios do trabalho em grupo, como o fortalecimento das redes sociais e afetivas.

Total de Encontros: 5 encontros com duração de 2 horas. **Duração Total:** 10 horas

Atividade 1: Apresentação em dupla

Descrição: Cada participante se apresenta para outra pessoa da oficina, compartilhando seu nome, algo que gosta de fazer e uma expectativa para a oficina. Depois, cada pessoa apresenta a outra ao grupo. Introduzir o tema do abuso sexual de forma sensível e preparar os participantes para discussões mais profundas.

Atividade 2: Mapa da Empatia
Descrição: Em grupos menores, os participantes desenham um grande rosto em uma folha de papel e preenchem com características do que uma vítima de abuso sexual pode sentir, ver, ouvir e pensar. Após 20 minutos, os grupos apresentam

seus mapas ao restante dos participantes.

Expressão Criativa: Permitir que as meninas expressem seus sentimentos e compreensões sobre o tema de forma artística. As participantes da oficina serão nove meninas e seus pais ou responsáveis, todos recrutados de forma voluntária.

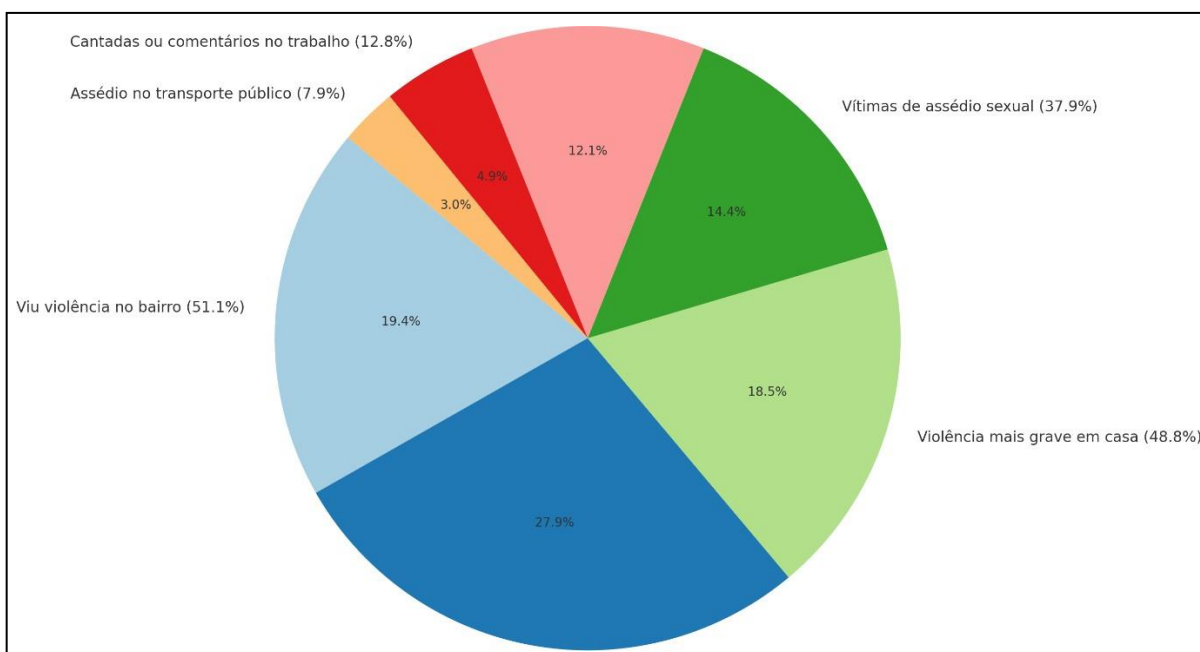
Atividade 3: Criação de uma Peça Teatral

Descrição: As meninas serão guiadas pela equipe multidisciplinar para criar uma peça teatral que aborda o tema do abuso sexual. Elas terão liberdade para criar personagens, diálogos e cenários, promovendo a reflexão e a criatividade.

Debate e Reflexão: Estimular a discussão crítica e a troca de experiências. **Atividade 4: Roda de Conversa**

Descrição: Após a exibição de um filme relacionado ao tema do abuso sexual, será realizada uma roda de conversa onde todos os participantes (meninas e seus pais/responsáveis) poderão expressar suas opiniões e sentimentos sobre o que assistiram. A equipe multidisciplinar moderará a conversa, oferecendo insights teóricos, dados estatísticos e práticos. A exemplo, este gráfico que ilustra sobre a matéria publicada pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, escrita pela Juíza Rejane Jungbluth Suxberger (TJDFT, 2021), representando as estatísticas sobre violência e assédio contra mulheres durante a pandemia do COVID-19:

Violência e assédio contra mulheres durante a pandemia do COVID-19



(TJDFT, 2021)

- 51.1% das pessoas relataram ter visto uma mulher sofrer violência no seu bairro ou comunidade.
- 73.5% da população acredita que a violência contra as mulheres cresceu durante a pandemia.
- 48.8% das vítimas relataram que a violência mais grave vivenciada no último ano ocorreu dentro de casa.
- 37.9% das brasileiras foram vítimas de algum tipo de assédio sexual nos últimos 12 meses.
- 31.9% das mulheres foram vítimas de cantadas ou comentários desrespeitosos nos espaços públicos.
- 12.8% das mulheres enfrentaram cantadas ou comentários desrespeitosos no ambiente de trabalho.
- 7.9% das mulheres foram assediadas no transporte público.

Faremos análises dos dados, refletindo o impacto dessa realidade na sociedade.

Atividade 5: Atendimento individual e em grupo

Descrição: Durante os encontros, a equipe multidisciplinar estará disponível para atendimentos individuais e em grupo, oferecendo suporte emocional, orientações legais e estratégias de proteção.

Atendimento psicológico Individual: Cada menina e seus responsáveis terão a oportunidade de realizar sessões individuais com o psicólogo presente na equipe. Estas sessões serão focadas em proporcionar um espaço seguro para expressar emoções, medos e dúvidas relacionadas ao abuso sexual. O psicólogo utilizará técnicas terapêuticas específicas para ajudar na identificação e processamento de traumas, fortalecendo a autoestima e a resiliência emocional das participantes.

Sessões de grupo com o Psicólogo: Serão realizadas sessões de grupo onde as meninas poderão compartilhar suas experiências e sentimentos em um ambiente de apoio mútuo. Essas sessões serão conduzidas pelo psicólogo e focarão em temas como autocuidado, construção de relações saudáveis, e estratégias de enfrentamento. O objetivo é criar uma rede de apoio entre as participantes, promovendo a solidariedade e a empatia.

Orientação Social com o assistente social: O assistente social realizará encontros individuais e em grupo para fornecer orientação sobre os recursos disponíveis na comunidade, como serviços de proteção à criança e ao adolescente, centros de assistência social e programas de apoio a vítimas de violência. O assistente social também ajudará a elaborar planos de ação para situações de risco, garantindo que as meninas e suas famílias saibam a quem recorrer em casos de emergência.

Informação e orientação legal: A promotora de justiça e a delegada especializada fornecerão informações detalhadas sobre os direitos das crianças e adolescentes e os procedimentos legais em casos de abuso sexual. Elas explicarão como denunciar um caso de abuso, quais são os passos do processo legal, e como as leis protegem as vítimas. Sessões de perguntas e respostas serão realizadas para esclarecer quaisquer dúvidas dos participantes sobre questões legais

Oficinas de empoderamento e autodefesa: Serão realizadas oficinas práticas de autodefesa e empoderamento, onde as meninas aprenderão técnicas básicas de defesa pessoal e habilidades de comunicação assertiva. Essas oficinas serão conduzidas por profissionais especializados e têm o objetivo de aumentar a sensação de segurança e autoconfiança das participantes.

Integração das famílias: Reconhecendo a importância do suporte familiar, sessões conjuntas com as meninas e seus responsáveis serão realizadas. Essas sessões focarão na construção de uma comunicação aberta e eficaz sobre o tema do abuso sexual. Os pais ou responsáveis serão orientados sobre como identificar sinais de abuso e como apoiar suas filhas de maneira efetiva.

Apoio contínuo: Além dos encontros, a equipe multidisciplinar oferecerá suporte contínuo por meio de canais de comunicação abertos para emergências e dúvidas. Isso garante que as meninas e suas famílias possam buscar ajuda sempre que necessário, mesmo após o término da oficina.

Encerramento: Reforçar os aprendizados e promover um sentimento de conclusão e continuidade.

Descrição: No último encontro, será realizada uma celebração com a exibição da peça teatral criada pelas meninas. Em seguida, haverá um momento de reflexão final, onde cada participante poderá compartilhar o que aprendeu e como pretende aplicar esses conhecimentos no seu dia a dia. A música relacionada ao tema do abuso sexual será tocada, e os participantes serão convidados a expressar seus sentimentos e aprendizados de forma aberta.

Metodologia e Referências Teóricas:

A abordagem será fundamentada nas práticas psicoeducativas e reflexivas conforme elaboradas por Barros e Freitas (2016) e Freitas (2022). As atividades visam promover o fortalecimento das redes sociais e afetivas, capacitando as meninas a refletirem e denunciarem situações de violência. Além disso, a equipe multidisciplinar compartilhará suas experiências e teorias, proporcionando um ambiente de diálogo e aprendizagem contínua.

3.1.3 Terceira Oficina: Abuso Sexual Infantil

O abuso sexual infantil ocorre em 90% dos casos no próprio ambiente doméstico. Portanto, é fundamental estar atento às mudanças de comportamento da criança, como a recusa em ficar próxima de determinados familiares, manifestar medo excessivo na hora de dormir ou de ficar sozinha em casa, e usar roupas largas. Quando esses sinais são observados, as primeiras pessoas a serem investigadas devem ser aquelas que convivem diariamente com a criança. Em seguida, deve-se considerar os ambientes onde a criança passa tempo, como uma escola. É crucial evitar que a criança dos locais onde ela demonstre não querer permanecer (MMFDH, 2019).

Duração total da oficina: 3 horas

Objetivo: Identificar o abuso sexual, articular ações em rede, e propor alternativas de solução através de oficinas de intervenção com dinâmicas em grupo.

Desenvolvimento: A oficina visa contribuir para a conscientização de crianças, adolescentes e famílias sobre o abuso sexual infantil. O objetivo é orientá-los a diferenciar toques abusivos em seu corpo e saber como denunciá-los.

Estrutura detalhada da oficina:

1. Dinâmica de Abertura: "Introdução ao Tema"

Descrição: Apresentação dos facilitadores e dos participantes. Breve introdução sobre o tema da oficina e os objetivos a serem alcançados.

Objetivo: Criar um ambiente acolhedor e seguro para a discussão do tema. Apresentação de um breve filme:

Duração: 15 minutos

Descrição: Exibição de um filme de até 15 minutos sobre o abuso sexual infantil.

Objetivo: Utilizar o audiovisual para sensibilizar e educar os participantes sobre a realidade do abuso sexual infantil.

Discussão em grupo sobre o filme: Após a exibição do filme, os participantes dão suas opiniões e discutem em grupos de 4 pessoas.

Objetivo: Promover a reflexão e discussão sobre o tema apresentado no filme. Dinâmica de expressão criativa: "Criando um Pequeno Filme"

Descrição: Os grupos de 4 pessoas criam um pequeno filme sobre o abuso sexual infantil e como preveni-lo.

Objetivo: Estimular a criatividade e permitir que os participantes expressem suas

compreensões e propostas de prevenção através da arte.

Apresentação dos filmes e feedback

Descrição: Dois grupos apresentam seus filmes e os outros criticam e propõem melhorias.

Objetivo: Desenvolver o pensamento crítico e colaborativo, e promover o engajamento na criação de soluções.

Discussão de Música: "Secretária" de Amado Batista Duração: 20 minutos

Descrição: O grupo faz um círculo para promover reflexões, buscando músicas que abordem formas de violência, assédio sexual e abuso sexual infantil.

Objetivo: Analisar a mensagem da música e discutir suas implicações, promovendo a conscientização sobre o conteúdo cultural relacionado ao abuso.

Encerramento: "Compromisso com a Mudança"

Descrição: Os participantes escrevem em um cartão o compromisso pessoal que assumem em relação ao tema abordado. Esses cartões são colocados em uma "árvore da mudança" no centro do espaço.

Objetivo: Solidificar o aprendizado e o compromisso dos participantes em agir em prol da prevenção e apoio às vítimas de abuso sexual infantil.

Instrução: Distribuir cartões e canetas e pedir para cada participante escrever seu compromisso pessoal, fixar os cartões na "árvore da mudança" ou em uma parede designada.

É importante observar comportamentos atípicos nas crianças, como: medo de ficar sozinho, alterações no sono, evitar contato físico com familiares, e mudanças no vestuário como preferir roupas largas. É essencial monitorar os ambientes em que a criança se sente desconfortável, como determinados locais dentro de casa ou na escola, e garantir esses espaços se necessário.

Meninas que sofrem abusos podem apresentar tristeza, isolamento, choro frequente e retraimento social. O conhecimento sobre o abuso é fundamental. Até 60% dos abusos acontecem antes dos 5 anos de idade. Uma em cada cinco crianças é vítima de abuso sexual.

Ensinar as crianças sobre suas partes íntimas e a importância de manter essa privacidade. Expressões como "pênis" e "vulva" devem ser usadas para que a criança desenvolva uma compreensão saudável e desestigmatizada de seu corpo.

É essencial que as crianças entendam que seus corpos pertencem e que elas têm o direito de recusa toques não desejados.

A importância de declarar e respeitar o "não" e de se sentir confortável para conversar com um adulto de confiança sobre qualquer assunto, enfatizando a crítica e o apoio que concede ao compartilhar.

Encerramento:

A oficina visa manter um ambiente de respeito e segurança, garantindo que todos se sintam à vontade para compartilhar e participar das atividades propostas. A presença de facilitadores capacitados é fundamental para conduzir as atividades de forma sensível e eficaz, proporcionando apoio emocional e prático aos participantes.

Esta oficina se concentra em sensibilizar e educar os participantes sobre a realidade do abuso sexual infantil, empregando estatísticas impactantes e informações específicas para a identificação e prevenção do abuso.

3.1.4 Quarta Oficina: Enfrentando o Medo

Objetivo: Abordar coletivamente o tema do medo, explorando sua natureza e como podemos aprender com ele para fortalecer nossas relações e nosso autoconhecimento.

Duração da oficina: 3 horas. Desenvolvimento da oficina:

Formação de um círculo com todos os participantes, de mãos dadas.

Realização de um abraço coletivo ao recitar a frase: "O medo é uma ferramenta essencial para as relações humanas diante do que podemos aprender com ele." (ABREU, 2016, p. 78).

Diálogo inicial sobre o medo:

Permanecendo no círculo, cada participante compartilha seus medos, discutindo sobre o que tem, quando descobriu esses medos e em que contextos eles surgem.

Exercício de respiração:

Em silêncio, todos focam na respiração seguindo o ritmo: inspirar contando até três, segurar a respiração por três segundos e expirar pela boca contando até três. Repita o processo três vezes.

Reflexão Guiada:

O coordenador lê pausadamente a frase: "Somente aquele que assume o medo, que não se move em espirais de evitação, não foge dele, mas resiste a ele, que lida com ele ativo, pode transformá-lo em uma força vital positiva." (KAST, 2023, p. 34).

Movimento e autoexploração:

Movimentos livres envolvem cabeça, mãos, dedos e pernas enquanto cada um reflete sobre seus medos e como eles se manifestam no corpo.

Expressão e Compartilhamento:

Os participantes estão encorajados a expressar seus pensamentos sobre o medo em voz alta, explorando perguntas como:

Quais medos são comuns entre os participantes? Fazendo as seguintes reflexões:

Eu e meus medos... Eu tenho medo de que? Eu senti medo quando? Eu senti medo onde? Eu percebi o medo agindo em meu corpo? Eu já pensei em superar este medo? Eu posso fazer o que com o meu medo?

Podemos nos sentar em círculo e nos perguntar: “O medo que sinto é comum aos meus colegas deste grupo? Já ouvi alguém manifestar que tem medo de estupro? Quem seria propenso a ter medo de estupro, a mulher ou o homem? Por quê? E como poderíamos juntos aqui propor uma saída para o medo do estupro?”

Discussão sobre estratégias coletivas para enfrentar tais medos. Escuta e diálogo:

Tempo dedicado para ouvir uns aos outros, permitindo que cada participante compartilhe suas experiências e percepções por cerca de 10 minutos.

Encerramento com música e reflexão:

Audição da música "Canção do Medo" de Toquinho. Durante a música, os participantes são convidados a pensar sobre que parte da letra mais ressoa com eles e como podem expressar isso.

Canção do medo (Toquinho)

Medo, tenho medo, muito medo

Se o desejo é forte de ver

Minha vida se modificar.

Tenho medo, muito medo

Se a saudade é grande

Da noite sagrada

Em que eu quis me amar.

Vem a vontade de crescer,

*Vem a coragem de gritar,
Ai, eu fecho os olhos,
Tranco a porta, calo a boca
Pra me guardar.*

*Medo, tenho medo, muito medo
Quando vem a vida e obriga
A gente a se decidir.
Tenho medo, muito medo
De enfrentar a morte e a má sorte
E eu tenho medo de seguir.*

*Vem a vontade de viver,
Vem a coragem de sorrir,
Ai, eu fecho os olhos, tranco riso,
Calo a boca pra prosseguir.*

Esta busca proporciona um espaço seguro para confrontar e dialogar sobre o medo, utilizando exercícios de respiração, movimento, música e diálogo aberto para explorar e transformar o medo de maneira construtiva.

3.1.5 Quinta Oficina: Violência Doméstica

Esta oficina tem como objetivo discutir e abordar questões relacionadas à violência doméstica contra mulheres, utilizando métodos de dinâmica de grupo. Será um espaço para os participantes refletirem sobre suas experiências, considerarem formas de violência e explorarem mecanismos de proteção e mudança de perspectiva.

Duração da oficina: 3 horas

Recepção e Organização: Os participantes serão recebidos e organizados em um círculo.

Leitura Informativa: Apresentação da Lei nº 14.857/2024, que garante a proteção e o anonimato de vítimas de violência doméstica (Diário Oficial, 22/05/2024).

Dinâmica de Grupo com Cartões Coloridos:

Distribuição de Cartões: Cada participante receberá um cartão de uma cor específica, indicando diferentes contextos de relacionamento:

Verde: Relacionamento sereno.

Amarelo: Indícios de violência leves e disfarçados.

Roxo: Referência ao agosto Lilás, mês de conscientização pelo fim da violência contra a mulher.

Vermelho: Situações de alto risco e violência grave.

Discussão e Reflexão: Utilização dos cartões em uma atividade interativa para discutir situações de violência e compartilhar experiências.

Continua com frases afirmativas:

Acreditamos em um mundo no qual mulheres e meninas vivam sem violência e abuso, mas é preciso denunciar a violência doméstica, o telefone é o 180 (levantem um cartão verde e compartilhem comentários).

O companheiro da mulher Margarida puxou seu cabelo quando ela não respondeu ao seu chamado (levantem um cartão amarelo e façam comentários com outros exemplos).

Margarida discutiu com o companheiro; não havia diálogo saudável. Quando ela expressou sua insatisfação com os gritos, o companheiro a agrediu com um tapa no rosto e, em seguida, pediu desculpas (levantem o cartão vermelho e reflitam por 10 minutos sobre outros modelos de violência).

Em seguida, levantem-se, e o círculo numerado permitirá que cada participante seja chamado sequencialmente, um por um, até o final. Por exemplo, em ordem crescente de 1 a 10, de acordo com o número de pessoas. Todos os números ímpares formarão um círculo voltado para os pares, com uma dupla composta por um número ímpar e um número par.

Este círculo é convidado a conversar dupla a dupla; as frases mencionadas pelo coordenador e os cartões levantados correspondentes a cada uma podem ser verdadeiras? Eu já vi, ouvi, li casos idênticos?

Eu já fiz algo para prevenir essa violência, para alertar quando as medidas protetivas são violadas, para efetuar denúncias?

As mulheres não denunciam por medo, vergonha e outros motivos. Eu já encorajei aqueles que conheço a participar de grupos de reflexão, empoderamento e geração de renda?

Assim que o diálogo terminar, cada dupla escolhe um local dentro do espaço e organiza

uma encenação de 5 minutos sobre o que conversaram.

Todas as duplas retornam ao círculo inicial e recebem novamente um cartão, com as palavras escritas:

Violências - Assédio - Violência doméstica – Assédio – Estupro - Medo

Uma música é tocada e, assim que o cartão mencionado for desligado, por exemplo, "Estupro", a dupla que recebeu essa palavra se dirige ao palco e apresenta sua encenação, compartilhando o que pretende fazer para intervir.

Esse processo continua com a música e todas as palavras.

Em seguida, é exibido um vídeo: Funk acusado de apologia ao estupro (www.youtube.com) Mc Diguinho.

Enquanto a dupla se prepara para apresentar, é importante lembrar que o estudo dos pequenos grupos é fundamental para nossa compreensão da relação entre o indivíduo e a sociedade. É uma condição essencial para transcender a mentalidade individualista e tornar-se um agente consciente na construção da própria história. Portanto, "devemos direcionar nossa análise para não negligenciar as características específicas da realidade brasileira, marcada por exclusões e desigualdades, onde a violência não é apenas uma resposta a essa realidade, mas também um recurso para a própria sobrevivência" (Zaluar, 1994).

"A violência doméstica ganha destaque, na maioria das vezes, quando é retratada, manipulada e disseminada pela mídia, que explora eventos violentos nos quais o desrespeito e a desvalorização da vida são temas dominantes nas notícias veiculadas, como por exemplo, os incidentes que iniciam as discussões neste estudo." (Sodré, 1992)

Considerando que, de acordo com Lapassade (1977), toda relação social é manifestada por meio dos grupos, sendo estes os protagonistas das interações sociais. Além disso, conforme Enriquez (1997), qualquer ação voltada para a transformação só pode ocorrer quando os indivíduos se organizam em grupos.

Por outro lado, para Lewin (1948), a mudança cultural somente pode ser alcançada a partir da base da sociedade, destacando-se, assim, a singular importância dos pequenos grupos, especialmente os grupos de interação presencial.

Considerando demandas implícitas e inconscientes (Enriquez, 1997), conforme Mari e Lúcia M. Afonso (2006, p.31), observamos que muitas mulheres estão sujeitas à violência doméstica sem sequer perceberem.

Na fase de Pré-análise, é crucial para o coordenador se familiarizar com a problemática a ser discutida, refletir, estudar, coletar dados e informações Afonso (2006, p.33). O tema central da oficina, conforme Braier (1986), é o ponto de partida para o trabalho a ser

desenvolvido. Os temas geradores, inspirados nas palavras de Paulo Freire (1980), despertam o interesse do grupo ao se relacionarem com suas experiências, conflitos e possibilidades, incentivando a participação e a troca.

Uma vez estabelecida a realidade, percebemos que a temática escolhida também aborda os conflitos e investimentos afetivos associados a ela. O papel do coordenador é sensível a essa dinâmica, evitando levantar conflitos de forma indiscriminada na estrutura defensiva dos participantes do grupo. O planejamento flexível Afonso (2006, p.37) incorpora essa proposta de oficina em dinâmicas de grupo para intervenção psicossocial, podendo iniciar com técnicas de relaxamento e/ou atividades de aquecimento que introduzem a proposta do dia ao grupo. Levando cerca de 10 minutos neste momento, vamos refletir sobre a violência doméstica de forma lúdica, visando sensibilização, motivação, reflexão e comunicação. A intervenção necessária para lidar com a violência doméstica consiste em uma conversa que reflita sobre os sentimentos e ideias do grupo em relação às situações vivenciadas neste dia. Vamos expandir essas situações para pensar em situações semelhantes do cotidiano que estejam relacionadas ao tema em questão, e em seguida, faremos uma exposição e análise de informações sobre o tema, comparando-as com as experiências dos participantes para esclarecimento mútuo.

Ao longo da oficina, o grupo poderá ajudar a tomar decisões sobre os próximos encontros, mediante a avaliação do trabalho realizado no dia, o que permitirá visualizar claramente a produção coletiva. É importante lembrar que o planejamento é uma ferramenta útil para o coordenador, sendo visto como uma referência e não como uma obrigação.

O coordenador, conhecendo o objetivo da sessão, poderá contar com diversas técnicas e lidar com a flexibilidade ao conduzir a oficina, especialmente quando se trata da questão da violência doméstica. Em cada encontro, e especialmente neste, é crucial que o coordenador considere as dimensões pedagógicas e terapêuticas envolvidas, reflita sobre as técnicas selecionadas, e facilite a troca de experiências e comunicação entre os participantes.

A metodologia seguirá um caminho que começa com a sensibilização e busca a elaboração ao longo do processo.

Fechamento:

Discussão Teórica: Referências teóricas sobre a importância do estudo de pequenos grupos e a relação indivíduo-sociedade.

Avaliação da Oficina: Espaço para feedback dos participantes e discussão sobre os próximos passos.

Objetivos Esperados:

Promover o reconhecimento das diversas formas de violência doméstica. Facilitar um espaço de

fala e escuta ativa entre os participantes.

Empoderar as mulheres através do conhecimento e do apoio mútuo. Planejar ações contínuas e estratégias de intervenção coletiva.

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO

O medo é um elemento instintivo presente nos seres humanos desde tempos remotos e continua a influenciar profundamente nossas vidas. Ele pode alterar o indivíduo, suas relações e sua interação com o mundo. Kast (2023) afirma que o medo impacta tanto o corpo quanto a mente, causando tensão, ameaçando, perturbando e afetando o núcleo da existência. Esse sentimento desempenha uma função essencial na existência humana, provocando reações diante de situações perigosas e ameaçadoras, gerando estresse e ansiedade. Kast (2023) também sugere que, ao enfrentar o medo e lidar ativamente com ele, em vez de evitá-lo, podemos transformá-lo em uma força vital positiva. Nabuco de Abreu (2016) complementa que o medo é uma ferramenta essencial para as relações humanas, oferecendo oportunidades de aprendizagem. Portanto, o medo pode ser um instrumento de transformação pessoal quando é reconhecido e utilizado a favor da própria evolução.

Rojas e Diniz (2019) destacam que o medo revela uma experiência singular e subjetiva do indivíduo, resultando em mudanças comportamentais, psicológicas e fisiológicas. Eles acrescentam que interações cotidianas e pensamentos imaginários que ativam o sistema nervoso influenciam centralmente o comportamento e a interação com o ambiente. Finalmente, Ferrari (2002) reconhece o medo como uma perturbação corporal diante da percepção de perigo, real ou imaginária, resultando em uma atenção constante a possíveis ameaças (KAST, 2023; ABREU, 2016; ROJAS E DINIZ, 2019; FERRARI, 2002).

A violência doméstica é um problema epidêmico global que afeta gravemente a vida de mulheres, agressores e filhos. Globalmente, uma em cada três mulheres sofre algum tipo de violência, geralmente perpetrada por parceiros íntimos. A sociedade precisa urgentemente educar a população, ouvir e apoiar as mulheres e garantir a justiça. É essencial discutir abertamente a violência doméstica, reconhecer suas raízes históricas de ódio contra as mulheres, e enfrentar atitudes machistas e misóginas. A aplicação efetiva das leis e o fortalecimento dos movimentos que defendem as mulheres são cruciais para reverter essa situação.

No contexto da pandemia de Covid-19, especialmente no Estado de MG, os índices de violência doméstica aumentaram, conforme proposto na obra "Violência Doméstica e Políticas Públicas de Enfrentamento" de Ana Paula Lamego Balbino Nogueira. A independência

financeira e a geração de renda são indispensáveis para ajudar a libertar as mulheres do ciclo de violência, uma conclusão reforçada pela análise pós-pandêmica.

Mais do que o dobro de mulheres adultas está fora do mercado de trabalho em comparação aos homens. Em 2022, 43,88% das mulheres que desistiram de procurar emprego o fizeram para cuidar de ações domésticas, filhos ou pais, em comparação com apenas 10% dos homens. Esses dados evidenciam o avanço da feminização da pobreza durante a pandemia e a consequente intensificação da violência de gênero. A associação entre desigualdade de gênero e violência de gênero é clara: quanto maior uma, mais intensa a outra. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços e do Dieese, apresentados em 7 de março de 2023, reforçam a necessidade de mudanças de postura, lutas organizadas e mobilização estratégica para enfrentar essa realidade (ONU, 1993; NOGUEIRA, 2024; BIANCHINI, 2024).

No terceiro trimestre do ano passado, as mulheres representavam 44% da força de trabalho, mas constituíam 55,5% dos desempregados no país, evidenciando várias disparidades entre homens e mulheres. Em média, elas ganharam 21% menos do que os homens. A taxa de desemprego era de 6,9% para os homens e subia para 11% no caso das mulheres. O IBGE registrou 5,3 milhões de mulheres desempregadas, sendo 3,4 milhões negras. Além disso, 7,8% das mulheres estavam subocupadas, ou seja, trabalhavam menos de 40 horas semanais, mas trabalhavam mais, em comparação com 5,1% dos homens. A taxa de subutilização do trabalho para mulheres chegou a 25,3%, enquanto para homens foi de 15,9%. A diferença também é significativa quando se considera a raça: 30,2% das mulheres negras foram subutilizadas, em comparação com 19,2% das mulheres não negras.

Segundo dados do Dieese, enquanto as mulheres ganhavam em média R\$ 2.305, o salário dos homens era de R\$ 2.909, uma diferença de 21%. Essa disparidade persiste mesmo em setores onde as mulheres são maioria, como as domésticas, onde representam 91% da força de trabalho, mas recebem 20% menos. No recorte racial, a renda das famílias negras foi consistentemente menor do que a das famílias não negras, independentemente da composição familiar. Para famílias chefiadas por mulheres negras com filhos, a renda média era de R\$ 2.362, enquanto para casais com filhos, a renda média era de R\$ 6.587 para não negros e R\$ 3.767 para negros, uma de 42,8%. A maioria dos domicílios no Brasil é chefiada por mulheres; dos 75 milhões de lares, 50,8% tinham liderança feminina, correspondendo a 38,1 milhões de famílias (IBGE, 2023; DIEESE, 2023).

A Lei Maria da Penha, ao prever diversos mecanismos de proteção à mulher, posiciona a violência doméstica como uma grave violação dos direitos humanos, buscando uma

abordagem multifacetária e interdisciplinar que vai além da mera imposição de penas. A lei incentiva as mulheres a exercerem seu direito de denunciar, estimulando essa atitude por meio de grupos e movimentos, e enfatiza a importância de identificar sinais de violência que possam ser confundidos com o amor. No entanto, a existência da norma não garante a sua efetividade nem implica que as vítimas vivam menos violência. A proteção do agressor, no contexto simbólico do Direito Penal, diz muito pouco sobre os efeitos da violência na vítima e a persistência desse ciclo em seus lares. Não há uma relação direta e necessária entre proteção e prevenção ou satisfação da vítima. A esfera simbólica do Direito Penal, ao posicionar a violência doméstica como crime grave e punir o agressor, não implica necessariamente mudanças nas práticas domésticas (LARRAURI, 2003; 2010).

Embora a existência de uma norma criminalizante possa ter uma função estabilizadora de expectativas contra fáticas (Luhmann, 2005), sua validade e existência, por si só, não significam repercussões positivas para a vítima ou alterações nas privações sofridas, tampouco ensejam mudanças sociais. Alguns defensores do Direito Penal simbólico (Calazans; Cortes, 2011; Carvalho; Campos, 2011; Campos, 2013; Larrauri, 2000) argumentam que essa abordagem seria inovadora nos conflitos envolvendo mulheres e homens com relações afetivas, considerando o machismo e a reiteração da violência. No entanto, há críticas sobre a ingerência estatal nos destinos da vítima, que despersonaliza a tristeza e diminui a liberdade da vítima de guiar seus próprios rumores. A discussão gira em torno das opções de enfrentamento e de como, em uma relação desigual e violenta, a vulnerabilidade feminina deve ser compreendida (LARRAURI, 2003; 2010; LUHMANN, 2005; CALAZANS; CORTES, 2011; CARVALHO; CAMPOS, 2011; CAMPOS, 2013).

Nesse contexto, uma oficina pode desempenhar um papel crucial ao promover um espaço seguro e acolhedor para reflexão e discussão. Os grupos constituem círculos de trocas sociais, simbólicas e afetivas, fundamentado na relação e na comunicação. É necessário, portanto, abordar e analisar os elementos que dificultam essas trocas, como os filtros ideológicos, os tabus e as zonas de silêncio, que se manifestam tanto em dimensões conscientes quanto inconscientes. Com isso, a Oficina 1 sobre o estupro e suas implicações sociais e pessoais assume um papel social relevante. Através de dinâmicas de grupo, divulgação musical e expressões criativas, espera-se sensibilizar e conscientizar os participantes sobre a gravidade do problema. Espera-se que a música "Maria, Maria" de Milton Nascimento, interpretada como um hino de resiliência e esperança, ajude a destacar a força e a coragem das mulheres brasileiras, particularmente como ponto de partida para discussões profundas sobre a cultura do estupro.

Ao proporcionar um ambiente de apoio mútuo e compartilhamento de experiências, a oficina pode fomentar a compreensão crítica e o incentivo a ações concretas para combater a violência contra a mulher. Isso pode incluir a promoção de políticas públicas mais eficazes, a sensibilização para a importância da denúncia e a criação de redes de apoio às vítimas. Em suma, a oficina pode contribuir significativamente para a análise crítica e a transformação social necessária para enfrentar a violência contra a mulher e o estupro.

O compartilhamento de experiências na oficina sobre o estupro proporcionará um ambiente seguro para que os participantes compartilhem suas próprias experiências e histórias pessoais relacionadas ao estupro e à violência sexual. Este compartilhamento é essencial para criar um sentido de comunidade e apoio mútuo entre os participantes, facilitando a identificação de pontos comuns e a construção de estratégias coletivas de enfrentamento.

A utilização de frases de livros relevantes e pesquisas contemporâneas, como a do Instituto Patrícia Galvão, fomentam uma reflexão crítica sobre a naturalização do estupro e outras formas de violência sexual na sociedade. O debate coletivo permitirá que os participantes explorem e questionem as normas sociais que perpetuam a cultura do estupro, promovendo uma maior compreensão sobre essa realidade.

Diante disso, para a oficina 2 intitulada "Assédio sexual" desempenha um papel crucial no aprendizado ao proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para a discussão de questões delicadas e muitas vezes estigmatizadas, como o abuso e a violência sexual. Com a participação de uma equipe multidisciplinar, os participantes têm acesso a uma variedade de perspectivas e conhecimentos especializados, que são essenciais para uma compreensão abrangente e crítica do tema. As dinâmicas de grupo e as atividades psicoeducativas incentivam a reflexão crítica e a conscientização, permitindo que os participantes se identifiquem e compreendam melhor as nuances do assédio e do abuso sexual. Este processo educativo é fundamental para capacitar as pessoas, promovendo habilidades para reconhecer, denunciar e prevenir situações de violência sexual em suas comunidades. Além dos benefícios educacionais, o escritório também oferece importantes vantagens terapêuticas. Ao reunir profissionais como psicólogos, assistentes sociais e médicos, o programa garante que os participantes recebam suporte emocional e psicológico durante todo o processo.

A oficina 3 intitulada "Abuso Sexual Infantil" é essencial para o aprendizado ao proporcionar um ambiente educativo que aborda um tema extremamente sensível e crítico. A oficina sobre abuso sexual infantil objetiva identificar casos de abuso, articular ações em rede, e propor soluções através de dinâmicas de grupo. A estrutura da oficina inclui uma dinâmica de abertura para criar um ambiente acolhedor, a exibição de um filme de 15 minutos sobre o tema,

seguida por discussões em grupo para promover reflexão e discussão. Os participantes, organizados em grupos de quatro, criarão pequenos filmes sobre o abuso sexual infantil e suas prevenções, permitindo a expressão criativa e a compreensão do tema. A apresentação dos filmes, acompanhada de feedback, estimula o pensamento crítico e colaborativo.

A oficina se destaca por proporcionar um ambiente seguro e respeitoso, com facilitadores capacitados, e enfatiza a importância de observar comportamentos atípicos em crianças e ensinar sobre suas partes íntimas e o direito de recusar toques indesejados.

Além dos benefícios educacionais, a oficina também oferece benefícios terapêuticos para os participantes. A criação de um espaço seguro e informativo permite que os participantes explorem suas próprias percepções e experiências relacionadas ao abuso sexual infantil, promovendo um processo de reflexão e cura. A abordagem interativa e o estímulo ao diálogo aberto ajudam a reduzir o estigma e o isolamento que muitas vezes acompanham discussões sobre abuso sexual, promovendo um senso de comunidade e apoio. Este ambiente terapêutico é crucial para fortalecer a resiliência emocional e psicológica dos participantes, capacitando-os não apenas a lidar com experiências passadas de abuso, mas também a ser defensores ativos da proteção infantil em suas comunidades.

Dentro desse contexto, a Oficina 4 "Enfrentando o Medo" pode ser uma ferramenta valiosa para abordar e transformar o medo, incluindo o medo do estupro. A oficina promove um espaço seguro e acolhedor onde os participantes podem explorar coletivamente a natureza do medo e aprender a lidar com ele de maneira construtiva.

A oficina 4 "Enfrentando o medo" pode colaborar significativamente para as análises críticas sobre o medo do estupro e a violência contra a mulher. Ao fornecer um ambiente seguro para a expressão e reflexão, o escritório ajuda os participantes a considerar e transformar seus medos. As propostas dinâmicas, como o compartilhamento de experiências e a expressão criativa, permitem uma compreensão mais profunda das emoções envolvidas e promovem a construção de estratégias coletivas para enfrentar o medo e a violência. Isso pode fortalecer as relações interpessoais e fomentar um maior autoconhecimento, capacitando as mulheres a lidar com suas vulnerabilidades de maneira positiva e assertiva.

Por fim, a oficina 5 intitulada "Violência doméstica", oferece uma oportunidade valiosa para aprendizado e reflexão sobre questões cruciais relacionadas à violência contra as mulheres. Por meio de métodos de dinâmica de grupo cuidadosamente planejados, os participantes serão incentivados a examinar suas próprias experiências, identificar diferentes formas de violência e explorar maneiras de se proteger e mudar perspectivas. Essa abordagem participativa permitirá uma análise profunda das dinâmicas de poder e controle presentes nos

relacionamentos abusivos, enquanto oferece um espaço seguro para expressar emoções e compartilhar experiências. Além disso, a leitura informativa da legislação relevante e a discussão sobre casos específicos fornecerão conhecimento prático sobre os direitos das vítimas e os recursos disponíveis para enfrentar a violência doméstica.

A estrutura da oficina, desde a recepção e organização dos participantes em um círculo até a dinâmica de grupo com cartões coloridos representando diferentes contextos de relacionamento, proporcionará uma jornada envolvente e transformadora. Ao refletir sobre situações de violência e compartilhar experiências, os participantes terão a oportunidade de desenvolver uma compreensão mais profunda das complexidades da violência doméstica e de explorar estratégias eficazes para prevenção e intervenção. Além disso, as atividades propostas durante a oficina não apenas promoverão o aprendizado e a conscientização, mas também oferecerão um espaço terapêutico onde os participantes poderão encontrar apoio emocional, fortalecer sua resiliência e começar o processo de cura e empoderamento.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi possível notar que a violência contra as mulheres é um problema global que transcende idades e classes sociais, causando graves consequências físicas, mentais e emocionais, e frequentemente se manifestando de forma crônica e repetitiva nas próprias casas das vítimas.

Pode-se concluir que esta dissertação reforça a complexidade e a gravidade da violência contra a mulher, especialmente no contexto do estupro, como um problema de saúde pública e social no Brasil e no mundo. A análise realizada demonstrou que a subnotificação desse crime está intimamente ligada ao medo da vítima em denunciar o agressor, devido ao conhecimento prévio e à desconfiança nas instituições de justiça e segurança pública. Esse medo é exacerbado pela percepção de que a palavra da mulher vítima não será levada a sério e pela ameaça de julgamento social em uma sociedade machista que frequentemente culpa a vítima.

A revisão da literatura e a metodologia qualitativa e quantitativa aplicada, incluindo estudos teóricos e reflexões sobre as mulheres atendidas pelo programa "Para Elas", revelaram a presença de fatores psicossociais significativos que influenciam a dinâmica dos relacionamentos abusivos. A cultura do estupro, sustentada por concepções patriarcais e machistas, perpetua a violência sexual, normaliza comportamentos sexistas e misóginos, e culpa as vítimas, criando um ambiente de constante ameaça para as mulheres.

Diante das cinco oficinas propostas neste estudo, notou-se que, na oficina 1 sobre o estupro, através de dinâmicas de grupo, divulgação musical e expressões criativas pode-se proporcionar a sensibilização e conscientização dos participantes sobre a gravidade do problema. O uso da música "Maria, Maria" de Milton Nascimento, interpretada como um hino de resiliência e esperança, foi usado para ajudar a destacar a força e a coragem das mulheres brasileiras, particularmente como ponto de partida para discussões profundas sobre a cultura do estupro. Ao proporcionar um ambiente de apoio mútuo e compartilhamento de experiências, a oficina pode fomentar a compreensão crítica e o incentivo a ações concretas para combater a violência contra a mulher. Isso pode incluir a promoção de políticas públicas mais eficazes, a sensibilização para a importância da denúncia e a criação de redes de apoio às vítimas.

Na oficina 2 intitulada "Assédio sexual", viu-se o papel crucial no aprendizado ao proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para a discussão de questões delicadas e muitas vezes estigmatizadas, como o abuso e a violência sexual. Com a participação de uma equipe

multidisciplinar, os participantes têm acesso a uma variedade de perspectivas e conhecimentos especializados, que são essenciais para uma compreensão abrangente e crítica do tema. As dinâmicas de grupo e as atividades psicoeducativas incentivam a reflexão crítica e a conscientização, permitindo que os participantes se identifiquem e compreendam melhor as nuances do assédio e do abuso sexual.

Pôde-se notar que a oficina 3 intitulada "Abuso Sexual Infantil", acarreta benefícios educacionais, a oficina também ofereceu benefícios terapêuticos para os participantes. A criação de um espaço seguro e informativo permite que os participantes explorem suas próprias percepções e experiências relacionadas ao abuso sexual infantil, promovendo um processo de reflexão e cura. A abordagem interativa e o estímulo ao diálogo aberto ajudam a reduzir o estigma e o isolamento que muitas vezes acompanham discussões sobre abuso sexual, promovendo um senso de comunidade e apoio. Esse ambiente terapêutico é crucial para fortalecer a resiliência emocional e psicológica dos participantes, capacitando-os não apenas a lidar com experiências passadas de abuso, mas também a serem defensores ativos da proteção infantil em suas comunidades.

Sobre a oficina 4: "Enfrentando o Medo", percebeu-se a colaboração do tema para as análises críticas sobre o medo do estupro e a violência contra a mulher. Ao fornecer um ambiente seguro para a expressão e reflexão, a oficina ajuda os participantes a considerarem e transformarem seus medos. As propostas dinâmicas, como o compartilhamento de experiências e a expressão criativa, permitem uma compreensão mais profunda das emoções envolvidas e promovem a construção de estratégias coletivas para enfrentar o medo e a violência. Isso pode fortalecer as relações interpessoais e fomentar um maior autoconhecimento, capacitando as mulheres a lidar com suas vulnerabilidades de maneira positiva e assertiva.

Por fim, na oficina 5 intitulada "Violência doméstica", viu-se uma oportunidade valiosa para o aprendizado e a reflexão sobre questões cruciais relacionadas à violência contra as mulheres. Por meio de métodos de dinâmica de grupo cuidadosamente planejados, os participantes foram incentivados a examinar suas próprias experiências, identificar diferentes formas de violência e explorar maneiras de se proteger e mudar perspectivas. Essa abordagem participativa visa uma análise profunda das dinâmicas de poder e controle presentes nos relacionamentos abusivos, enquanto oferece um espaço seguro para expressar emoções e compartilhar experiências. Além disso, a leitura informativa da legislação relevante e a discussão sobre casos específicos fornecem conhecimento prático sobre os direitos das vítimas e os recursos disponíveis para enfrentar a violência doméstica.

Os resultados deste estudo destacam a necessidade de intervenções multifacetadas e

coordenadas para enfrentar a violência contra a mulher. As oficinas temáticas propostas, baseadas em dinâmicas de grupo e atividades reflexivas, mostraram-se relevantes para promover a conscientização, o empoderamento das participantes e a reflexão crítica sobre as diversas formas de violência sexual. A colaboração entre diferentes instituições, como a UFMG e a Secretaria Municipal de Saúde de Belo Horizonte, bem como outras parcerias que compartilham a mesma causa, é crucial para a implementação de políticas públicas e redes de acolhimento que atendam de maneira integral às necessidades das mulheres em situação de vulnerabilidade.

Dessa forma, esta dissertação contribui para a compreensão dos aspectos psicossociais envolvidos na violência contra a mulher e fornece subsídios para o desenvolvimento de estratégias de intervenção e empoderamento, com o objetivo de promover mudanças significativas nas vidas das mulheres vítimas de violência. A continuidade das pesquisas e a implementação de políticas públicas robustas são essenciais para enfrentar e reduzir a prevalência da violência sexual e doméstica, fortalecendo as redes de apoio e proteção às mulheres.

Oficinas para grupos de mulheres que sofreram violência doméstica e/ou sexual podem ser consideradas uma forma de política pública. Essas oficinas promovem apoio, conscientização e capacitação, ajudando as vítimas a superarem traumas, adquirirem novas habilidades e reconstruírem suas vidas. Quando implementadas como parte de um programa governamental, elas se alinham aos objetivos de políticas públicas voltadas à proteção e ao empoderamento das mulheres, contribuindo para a prevenção da violência e a promoção da igualdade de gênero.

5 REFERÊNCIAS

ABDULALI, Sohaila. **Do que estamos falando quando falamos de estupro**. Editora: Vestígio; 1ª edição, Belo Horizonte, 2019.

ABREU, Cristiano Nabuco de. **Psicologia do Cotidiano**: como vivemos, pensamos e nos relacionamos hoje. Porto Alegre: Artmed, 2016.

AFONSO, Maria Lúcia M. **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. Editora: Casa do Psicólogo; São Paulo, 2006.

AFONSO, Maria Lúcia M. **Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial**. Editora: Casa do Psicólogo; 3ª edição, São Paulo, 2010.

ALBERTO, Priscila. O que é o medo para a Psicologia. UniPsico Baixada Santista. 2023. S/p. Disponível em: <<http://unipsicobs.com.br/artigos/o-que-e-o-medo-para-a-psicologia/>>. Acesso em: 13 de jun. 2023.

ALVES, Bianca; OPPEL, Ticiania. **Violência doméstica: histórias de opressão às mulheres**. Editora Dita Livros, 2021.

ALVES, Marisa de Abreu. **Medo**. Psicólogos em São Paulo, São Paulo. S/p. Disponível em: <<https://www.marisapsicologa.com.br/medo.html>>. Acesso em: 13 de jun. 2023.

AMARAL, Alberto Carvalho. **A violência doméstica a partir do olhar das vítimas: reflexões sobre a Lei Maria da Penha em juízo**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2017, p. 287

ARAÚJO, Ana Paula. **Abuso: A cultura do estupro no Brasil**. Editora: Globo Livros, 2020.

ARENDT, Hannah. **On Violence**. New York: Harcourt, 1970.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1925.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em 30 de junho de 2024.

BOURDIEU, Pierre. **O PODER SIMBÓLICO**. Rio de Janeiro: EDITORA IIERTRANt, BRASIl. S.A, 1989.

BUENO, Samira; SOBRAL, Isabela. **Números de uma tragédia anunciada**: 10 mulheres assassinadas todos os dias no Brasil. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2023/03/08/numeros-de-uma-tragedia-anunciada-10-mulheres-assassinadas-todos-os-dias-no-brasil.ghtml>>. Acesso em: 14 de jun. 2023.

CALAZANS, Myllena; CORTES, Iáris Ramalho. **O processo de criação, aprovação e**

implementação da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, Carmen Hein de (org.) *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico feminista.* Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2011, pp. 39-63.

CHAUÍ, Marilena. **Contra a violência.** 2017. Belo Horizonte: Autêntica, s.p. Disponível em: <<https://esmec.tjce.jus.br/wp-content/uploads/2011/06/contr-a-violencia-marilena-chau.i.doc>>. Acesso em: 14 de jun. 2023.

CAMPOS, Carmen H. CARVALHO, Salo. **Tensões atuais entre a criminologia feminista e a criminologia crítica: a experiência brasileira.** In: CAMPOS, Carmen Hein de. (Org.). *Lei Maria da Penha: comentada em uma perspectiva jurídico-feminista.* Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.p. 143-169

COLL, Liana. Aumento da violência contra as mulheres tem relação com avanço do conservadorismo. **Cultura e Sociedade**, Unicamp, São Paulo, s.p. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2023/03/08/aumento-da-violencia-contra-mulheres-tem-relacao-com-avanco-do-conservadorismo>>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

CUSTÓDIO, Matheus Alves; TAVARES, Kecya Nayane Lucena Brasil. **Vida(s) Maria(s): a história de uma mulher e os (re)tratos da violência em narrativas contadas.** Scielo- Psicol. USP 33- 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-6564e200129>> . Acesso em 30 de maio de 2024.

DELEGACIA DA MULHER. **Não se cale.** 2023. Disponível em: <https://www.naosecale.ms.gov.br/delegacias-da-mulher/>. Acesso em: 14 de jun. 2023.

DIEESE. **Departamento Intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicos.** 2023. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/mulheres2023.html>. Acesso em 30 de maio de 2024.

FERNANDES, Maria da Penha Maia. **Sobrevivi: posso contar.** 2. ed. -- Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FERRARI, J.S. **Medo.** Brasil Escola, 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/psicologia/medo.htm>. Acesso em: 13 de junho de 2023.

FRAGA, Fernando. **Pesquisa aponta medo de mulheres de serem vítimas de estupro.** Brasília: Agência Brasil, 10 nov. 2020 – Rio de Janeiro. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/pesquisa-aponta-medo-de-mulheres>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Metendo a Colher: Coletânea de Artigos e Outros Textos Sobre Violência Contra a Mulher.** Editora: Gryphus Editora; 1ª edição, 2022.

GAY, Roxane; ET AL. **Precisamos falar sobre abuso: conversas e memórias sobre a cultura do estupro.** Tradução Fal Azevedo. 1. ed., Rio de Janeiro: Globo Livros, 2021.

INSTITUTO MARIA DA PENHA, **Tipos de violência.** 2018. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>> Acesso em 14 de jun. 2023

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: um problema de toda a sociedade**. São Paulo: Paulinas, 2019. (Coleção cidadania).

KAST, Verena. **Sentido do medo**: como os medos se instalam e como eles podem ser transformados. Petrópolis: Vozes. 25 de janeiro de 2023.

LARRAURI, E. “¿Por qué retiran las mujeres maltratadas las denuncias?” en Revista de Derecho Penal y Criminología, 2ª época, nº 12, Madrid, 2003.

LUHMANN, N. **El derecho de la sociedad**. México, Herder, 2005, 680p.

LUIZ, George Moraes de; PRÁ, Rayany Mayara Dal; AZEVEDO, Renata Closs. **Intervenção psicossocial por meio de oficina de dinâmica de grupo em uma instituição: relato de experiência**. Psic. Rev. São Paulo, volume 23, n.2, 245-260, 2014.

MEDEIROS, Luciene. **Políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher** . 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital : PUC-Rio, Departamento de Serviço Social, 2018.

MELO, Victor Hugo; MELO, Elza Machado. **Para Elas. Por Elas, Por Eles, Por Nós**. Belo Horizonte: Folium, 2016. 298 p. : il. (Coleção Promoção de Saúde e Prevenção da Violência; v. 2)

NITARAHA, Akemi. **Pesquisa aponta medo de mulheres de serem vítimas de estupro**. Agência Brasil- Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/pesquisa-aponta-medo-de-mulheres>>. Acesso em 20 de maio de 2024.

NOGUEIRA, Ana Paula Lamego Balbino. **Violência Doméstica e Políticas Públicas de Enfrentamento**. Editora Mizuno, 2024.

OLIVEIRA, Joana. **Todas por uma**: conheça o aplicativo para denunciar agressões contra as mulheres. Uol, 2022. Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/noticias/51081_todos-por-uma-conheca-o-aplicativo-para-denunciar-agressoes-contra-as-mulheres.html>. Acesso em: 14 de jun, 2023.

OLIVEIRA, Reinaldo Ayer; PRATES, Nadir Eunice Valverde Barbato; CARON, Nazareth, Janice (Org.). **Bioética e a violência contra a mulher**. São Paulo: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, 2017.

REZENDE, Milka de Oliveira. **Violência contra a mulher**. Brasília: Brasil Escola, 2023. Disponível em: <<https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/violencia-contra-a-mulher.htm>>. Acesso em: 25 de maio de 2023.

RODRIGUES, Ilana Cris Macedo Ribeiro; RAMALHO, Raíssa Diandra De Souza Cirilo. **A cultura do estupro e a responsabilização da vítima mulher**. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação da Universidade Potiguar como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Direito. Natal/RN, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstreams/10658bec-1d78-4d83-94fc-7e5d790fcfbf/download>>. Acesso em 30 de maio de 2024.

ROJAS, N.M.D.; DINIZ, N.M. Você tem medo de que? evolução biológica, medo e sociedade. **Revista Brasileira de Bioética**, v. 14, n. edsup, p. 166, 2019. Doi: 10.26512/rbb.v14iedsup.26842. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbb/article/view/26842>. Acesso em: 13 jun. 2023.

ROSE, Jacqueline. **Sobre a violência e sobre a violência contra as mulheres**. Editora: Fósforo, 2022.

TERRA. **Brasil ocupa o segundo lugar no ranking de países que mais realiza cirurgias plásticas**. 2022. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil-ocupa-o-segundo-lugar-no-ranking-de-paises-que-mais-realiza-cirurgias-plastica,fb700cfc347cdb6f25b2a7e549fb4784qzznwjuu.html?utm_source=clipboard. Acesso em 30 de maio de 2024.

TJDFT, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **O invisível assédio sexualnosso de todos os dias**. 2021. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/artigos-discursos-e-entrevistas/artigos/2021/o-invisivel-assedio-sexual-nosso-de-todos-os-dias>. Acesso em 15 de junho de 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **World report on violence and health: summary**. Prefácio de Nelson Mandela. Geneva, 2002. p. 5. Disponível em: http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/world_report/en/summary_en.pdf Acesso em: 30 de maio de 2024.

ONU. Nações Unidas. **Declaração sobre a eliminação da violência contra as mulheres**. Nova Iorque: ONU, 1993.

ONU. NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL. (org.). **Fim da violência contra as mulheres**. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/areas-tematicas/fim-da-violencia-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 30 de maio de 2024.